

Livraria Educadora

Compra e venda de livros
novos e usados

BRAGA & VALVERDE

(EDITORES)

Rua S. José, 17-T. 42-3456

Rio de Janeiro

Le ne fay rien
sans
Gayeté

(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

MEMORIAS ANNEXAS

I

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

SUAS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DIPLOMATICAS
A QUE DEU ORIGEM

MEMORIA

POR

M. D'OLIVEIRA LIMA

(PREMIADA)

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

SUAS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DIPLOMATICAS A
QUE DEU ORIGEM.

O Brasil nasceu envolto em complicações diplomaticas. A esta terra privilegiada da natureza pôde ser applicado o conto que se encontra em varios folk-lores e no qual, por despeito de não haver sido convidada para o baptizado da criança, uma fada raivosa propõe-se frustrar todos os mimos que lhe fizeram as boas fadas. Terás grandeza, formosura, opulencia, gloria mesmo — exclamaria ella — mas não terás descanso, porque serás o alvo de constantes ambições territoriaes e o pasto de continuos conflictos militares e politicos. Assim ha acontecido. Antes de surgir como por encanto o *Mundus Novus* de Vespucio, quando os cosmographos ainda de todo o ignoravam, a divisão das terras por descobrir fôra objecto de intrigas diplomaticas na côrte pontificia, e o dominio do hemispherio occidental regulado por um ajuste solenne entre as corôas de Portugal e Hespanha. Quatro seculos depois a mór parte das delimitações de fronteiras do Brasil com os paizes seus vizinhos está por fazer-se, pendentas umas de decisões arbitraes, thema outras de negociações directas.

A primitiva historia de um paiz como o Brasil, campo de colonização para nações civilizadas, é naturalmente uma historia toda geographica, quer dizer, de explorações e demarcações, e com estas prende-se intimamente a acção diplomatica, que as guia e por seu turno dellas recebe impulso. A diplomacia cohonesta, para assim dizer, o *status* produzido pela invasão audaciosa. Si o conhecimento geographico do globo tivesse sido no seculo XV mesmo aquelle a que se chegara no fim do seculo XVI, as duas nações ibericas poderiam, entretanto, haver chegado a uma conclusão diversa, mais simples, mais definida e mais pacifica.

Complicações diplomaticas anteriores ao descobrimento do Brasil.

Portugal iniciara suas emprezas maritimas costeando no lado occidental o continente africano e, apoz dobrar o cabo das Tormentas, tomara o rumo do Oriente; a Hespanha, impellida pela crença de Colombo, pretendia alcançar essas terras maravilhosas pelo Occidente, mal sabendo do continente duplo que ficava de permeio. A combinação perfeita, de accordo com o exclusivismo da época, teria sido a que reservasse as duas Americas para a Hespanha em troca da Africa e Asia attribuidas á conquista portugueza. Colombo, porém, morreu na illusão de que realizara suas quatro viagens a porções do continente asiatico, e apenas quando Vespuccio percorreu uma grande extensão da costa brasileira se começou a medir a realidade debaixo da fórma de uma grande terra situada abaixo do Equador, aproximadamente na posição da *Terra Incognita* de Ptolomeo, ou melhor, do *Mundo Opposto* de Pomponio Mela. . . novis illis regionibus quas et classe et impensis et mandato istius serenissimi Portugaliæ regis perquisivimus et invenimus. Quasque novum mundum appellare licet ¹.

Bullas papaes em favor de Portugal.

Quando Colombo regressou de sua primeira viagem e parou em Lisboa a 4 de Março de 1493, o rei D. João II, cheio de zelos aventou logo que suas descobertas interferiam com terras que á corôa portugueza haviam sido doadas pela Sancta Sé e que na expressão de varias bullas se extendiam até ás Indias. São estas bullas as duas de Nicoláo V, de 18 de Junho de 1452 e 8 de Janeiro de 1454, a de Sixto IV, de 21 de Junho de 1481, e a de Innocencio VIII, de 12 de Septembro de 1484; e com effeito concediam á ordem de Christo, da qual o infante D. Henrique, o Navegador, foi grão-mestre e o era o infante D. Manuel, quando pelos azares da successão foi chamado ao throno, jurisdicção espirital sobre todas as terras conquistadas ou por conquistar ao sul do cabo Bojador, *usque ad Indos*. Ora, dahi, isto é, das regiões asiaticas julgava precisamente regressar o nauta genovez.

Tituli de Alexandre VI e meridiano proposto.

Tendo comtudo os reis que logo depois foram chamados Catholicos feito a devida homenagem ao pontifice das terras novamente achadas por Colombo, Alexandre VI, no interesse da propagação da fé, lh'as garantiu por meio de *tituli* ou pequenas bullas — a primeira, *Inter Cætera*, de 3 de Maio de 1493 — junctamente com as que elle continuasse a descobrir para oeste e que ainda não estivessem sob a jurisdicção de principes christãos. Passava-se isto antes da reforma e os papas eram reconhecidamente em toda a Europa os dispensadores de territorios desoccupados, seja pelo facto de representarem os vigarios de Jesus Christo

¹ Texto latino de 1504 da carta de Vespuccio a Lorenzo de Medici, escripta em Lisboa em Março ou Abril de 1503 e referente á sua terceira viagem.

a auctoridade divina, seja por virtude do pretense edicto de Constantino, conferindo ao papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do globo ¹. Como, porém, ficariam deste modo em conflicto as concessões da Sancta Sé aos reis de Portugal e aos de Castella, Alexandre VI fez seguir aquella citada bulla *Inter Cætera* e a primeira bulla *Eximie devotionis* que na mesma data (3 de Maio de 1493) a confirmava, de outra em data de 4, estabelecendo a tão fallada linha divisoria pela qual attribuia á corôa de Hespanha as ilhas e continentes a oeste de um meridiano traçado 100 legoas a oeste dos Açores e Cabo Verde, archipelagos que ficam, todavia, em longitudes e latitudes differentes.

Póde-se ter como certo que esta primeira linha de demarcação foi estabelecida a pedido dos Reis Catholicos, que teriam implorado em Roma não uma divisão especifica do mundo, que o estado das descobertas ainda não permittia, mas uma linha geral obstando por principio a futuros conflictos; pois era tanto mais natural o resentimento do Principe Perfeito quanto, como disse, o acontecimento determinante desse compromisso papal bolia essencialmente — e acreditava-se então mesmo que exclusivamente — com a India, para a qual convergiam os esforços maritimos de Portugal e que bullas anteriores lhe haviam outorgado. Segundo o chronista Ruy de Pina, a primeira intenção de D. João II foi mandar uma frota a reivindicar os seus direitos sobre as terras recém-descobertas pelas caravellas hespanholas; porém, informados de tal resolução, mandaram Fernando e Isabel a Lisboa um enviado a pedir explicações e solicitar o adiamento da execução daquelle projecto, emquanto mostravam a justiça que lhes assistia.

Primeiras negociações hispano-portuguezas.

A esta expedição se refere certamente a carta escripta de Barcelona a 5 de Setembro de 1493 pelos Reis Catholicos a Colombo « pedindo-lhe que apressasse quanto antes a sua segunda viagem á America (*a expressão só seria primeiro usada por Waldseemüller em 1507*) sem tocar em Cabo Verde, afastando-se o mais que pudesse das costas de Portugal e de suas ilhas, afim de não ser detido ou embaraçado na sua derrota, por isso mesmo que os Portuguezes projectavam, sob outros pretextos, intervir nos descobrimentos das terras do novo mundo (*esta expressão é igualmente prematura e, como a de America, de responsabilidade do transcriptor*), e que na práctica que com alguns delles se encetara se viera no conhecimento que era claro pensarem na possibilidade de haver ilhas e ainda uma terra firme (*havia com effeito vagas suspeitas disso, do que se encontram provas nas antigas geographias*

¹ Henry Harrisse, *The Diplomatic History of America. Its first chapter. 1452-1493-1494.* London, 1897.

e mappa-mundis); que acreditavam que seriam muito mais proveitosas e muito mais ricas que todas as outras, situadas no meio da distancia que ia da ponta ou cabo da Boa Esperança até a raia que o almirante genovez quizera que viesse na bulla do papa Alexandre VI (*Colombo suppunha o globo muito menor do que é realmente*), e que, a ser assim, necessario era emendal-a ¹.

O rei de Portugal nomeou por esse tempo embaixadores, um delles o proprio Ruy de Pina, para occuparem-se do momentoso negocio que, entretanto, se tornara muito mais delicado, pois Alexandre VI, a acreditarmos na duvidosa bulla de 25 de Setembro de 1493, por Harrisse julgada authentica, apesar de nunca haver sido encontrado o original, quizera emendar a mão na convicção de não ter sido bastante generoso para com a sua patria (elle era natural de Valencia) e, sem respeito pelas passadas bullas ou siquer pela linha fixada na vespera, concedera a Castella as regiões a leste, inclusive a India, alcançadas via oeste. Não posso acreditar muito em tão extraordinaria concessão, que aliás não exerceu influencia historica apreciavel nem modificou a marcha do arranjo diplomatico. O que sabemos de positivo é que a primeira embaixada portugueza nada pode resolver, não sendo mais feliz uma mandada por Hespanha. A 8 de Maio de 1494 nomeava D. João II nova embaixada, á qual se deve a conclusão do celebre tractado de Tordesillas, assignado a 7 de Junho do mesmo anno nesta villa não distante de Valladolid, a cidade onde Colombo viria a expirar depois da sua aventurosa existencia. Estomagado com a sentença pontificia, posto a tratos pela fortuna que, por elle desdenhada, fôra caber a Fernando e Isabel, o Principe Perfeito conservara sangue frio e lucidez bastantes para alcançar uma assignalada victoria, obtendo muito mais do que lhe dispensara a partilha feita pela Sancta Sé.

Similhante resultado não deve, todavia ser exclusivamente attribuido á superior diplomacia do Principe Perfeito ou dos seus enviados, posto que a D. João II tivesse « cabido a honra de substituir, nas relações portuguezas com o resto da Peninsula, á guerra a diplomacia »; ou mesmo á vontade nos Reis Catholicos de pouparem-se a um conflicto com o respeitavel vizinho. Muitos dos successos diplomaticos não passam de combinações de circumstancias felizes. Nas preciosas notas que deixou para o seu estudo, infelizmente

Razões do triumpho
diplomatico de D.
João II.

¹ Memoria sobre o descobrimento do Brasil, por Joaquim Norberto de Souza Silva. *Revista Trimensal*, tomo XV, 1852, pag. 141. A carta referida encontra-se em Navarrete, o qual na sua excellente obra — *Colecion de los Viages y Descubrimientos*, vol. II — publica muitos outros documentos que não deixam a minima duvida sobre os temores reinantes em Castella da realidade da expedição portugueza. O projecto de alteração do meridiano para servir os interesses hespanhoes realça o valor da victoria diplomatica de D. João II em Tordesillas.

apenas esboçado, sobre D. João II e que foram intelligente e carinhosamente coordenadas pelo sr. Barros Gomes ¹, deu o illustre historiador portuguez, tão cedo fallecido, o que podemos de certo modo chamar a chave d'essa situação.

O Principe Perfeito e o rei Fernando de Aragão, marido e conselheiro da rainha Isabel de Castella, temiam-se e acatavam-se, e partindo deste reciproco estado d'alma era-lhes mais facil entenderem-se depois de haverem competido. Foi o que veio a acontecer em 1490 com o casamento, preliminar da união iberica, do herdeiro de Portugal com a herdeira da Hespanha e depois, em 1494, em Tordesillas. O imperialismo estava no ar; era convicção quasi geral que havia de receber cumprimento, em favor de Portugal, segundo ambicionavam os reis d'Aviz e almejava o povo, em favor de Castella segundo pretendiam os reis hespanhoes e no desejo mesmo de parte da nobreza portugueza, cevada por D. Affonso V e humilhada por D. João II. A unificação da Peninsula foi o ideal zelosamente perseguido tanto por este grande rei como pelo habilissimo Fernando de Aragão.

Perante a perspectiva da união peninsular e portanto da reunião debaixo do mesmo sceptro das conquistas colonias no Oriente e Occidente, deixava de ter a mesma importancia a partilha das regiões desconhecidas. E' verdade que a visão do predomínio portuguez « a qual entrevira-se nas brumas luminosas do horizonte », dissipara-se com a morte, no anno de 1491, do principe D. Affonso, mas ia renascer com o enlace de D. Manoel e o nascimento do principe D. Miguel da Paz, e sua realização conservar-se-hia imminente ou pelo menos muito provavel, até consummar-se com a annexação de 1580. O movimento centripeto que arrastára para um nucleo commum Leão, Castella, Aragão, Navarra e a Andaluzia mourisca não podia, acreditava-se, deixar de arrastar Portugal no seu impulso. Si em 1494 as probabilidades pendiam mais para o lado de Castella como factor de tal effeito, mais explicavel se torna ainda a extraordinaria concessão de Tordesillas. O susto da reivindicação dos direitos da *Excellentissima Senhora*, viva até o reinado de D. João III, esvahira-se, máo grado sua altiva intransigencia; o Mouro em Granada tivera de abater seu pavilhão, e o poderio hespanhol ia n'uma constante progressão tendendo a concretizar o symbolo da esphera armillar dada por D. João II como brazão a D. Manuel, o primo e cunhado odiado, a quem a razão de Estado o fizera designar por herdeiro.

¹ Oliveira Martins, *O Principe Perfeito*. Lisboa, 1896.

O Tractado de Tordesillas.

Si quasi todos os instrumentos diplomaticos se prestam a interpretações differentes ou pelo menos a cavillações dos profissionaes, mais do que nenhum estaria em similhante caso esse tractado. Já é poncto discutivel ou susceptivel de sophismas si a anterior Bulla de Demarcação repartia a parte desconhecida do globo terrestre pelas duas corôas ibericas, ou si lhes attribuia espheras, não de influencia como modernamente se inventaram, mas de acção, onde realizar descobrimentos. Depois, a linha divisoria da Egreja não determinava onde pelo Occidente começava o Oriente, previamente concedido a Portugal, e, comquanto a esphericidade da terra fosse convicção corrente, não fôra a mesma linha prolongada até o outro lado do hemispherio sul afim de não reconhecer a existencia dos antipodes, formalmente contestada ¹.

Por seu lado o tractado de Tordesillas, que foi um contracto directo entre as duas corôas e ignorou por completo a Bulla de Demarcação de Alexandre VI, collocou o novo meridiano de repartição 370 leguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, sem precisar qual dellas ², ficando entretanto defeso aos Hespanhoes navegarem para a parte sul da costa d'Africa. A medição da linha em grãos ou leguas devia ser executada *sur place* por pilotos, astrologos e maritimos das duas nações nos dez mezes subsequentes á assignatura do tractado. O plano, porém, gorou, bem como outro para fixa-la theoreticamente na Peninsula antes de ter logar a expedição, permanecendo sem solução este problema e protestando no emtanto contra tamanha extensão da linha divisoria a voz do descobridor da America.

Reconhecimento pelo Papado.

A 24 de Janeiro de 1506 confirmava o papa Julio II por bulla o tractado de Tordesillas. « As cartas apostolicas constituam n'uma vasta escala, no fim do seculo XV, o que poderemos chamar o direito dominante na Europa, visto serem baseadas em tradições, assim como em preceitos que eram universalmente tidos por justos ou em todo caso considerados taes por todas as nações européas ³. » Não era, comtudo, muito provavel que monarchas que, embora catholicos, no seu fôro intimo se riam das excommunhões e até enristavam com o pontifice, se mostrassem dispostos a respeitar religiosamente suas distribuições de territorios incognitos. A propria seducção do desconhecido inevitavelmente attrahiria a attenção e cobiça dos soberanos desfavorecidos na repartição. Da Inglaterra, onde por volta de 1482, segundo o testemunho de Ruy de Pina,

A Inglaterra e as descobertas. Os Cabots.

¹ HARRISSE, *The Diplomatic History of America*, pag. 76.

² VARNHAGEN, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo I, pag. 68.

³ HARRISSE, *The Diplomatic History of America*, pag. 41.

o duque de Medina Sidonia já ensaiara armar uma expedição para ir commerciar na Guiné Portuguesa — o que motivou uma reclamação attendida de D. João II a Eduardo IV, partiria o primeiro attentado contra a validade da decisão papal de 1493, n'uma epocha anterior á que viu Henrique VIII levantar o pendão do anglicanismo. São bem conhecidas, após varios tentames, as viagens dos venezianos Cabots ás costas septentrionaes da America do Norte nas alturas do Labrador e Terra Nova, em Maio de 1497 e Abril de 1498 ¹. Pai e filho haviam recebido em 1497 suas cartas patentes quando chegou o protesto diplomatico de Fernando e Isabel, e em fim de Julho desse anno estavam de volta a Bristol da sua primeira viagem.

A' corôa portugueza, que nunca mais se perdoara a si propria haver enjeitado as proposições de Colombo, e que via com crescente ciume as descobertas hespanholas, posto que estas não pudessem absolutamente rivalizar com a riqueza da costa do Malabar, pareceu que a brevidade da travessia dos Cabots indicava estarem porventura as terras por elles achadas a leste do meridiano de Tordesillas. Não parece ser outra a explicação das viagens dos infelizes ermãos Côrte Real em 1500, 1501 e 1502 ás mesmas paragens visitadas pelos Cabots ². No vistoso mappa de Cantino, agente do duque de Ferrara, que se preserva na bibliotheca de Modena, apparece a costa percorrida por Gaspar Corte Real, a qual não é outra sinão a da Terra Nova, como *terra del Rey de Portuguall*.

Os ermãos Côrte Real.

Outros mappas, hespanhoes, francezes e italianos, da primeira metade do seculo XVI — o de Pedro Reinel de 1505, o de Johannes Ruysch de 1508, etc. — offerecem as appellidações portuguezas dadas a portos, rios e cabos da costa desde o Labrador até os Estados Unidos de hoje, o que testemunha a frequencia e continuidade, durante algum tempo, das expedições portuguezas á America Septentrional ³. Na Terra Nova particularmente fundaram de facto os Portuguezes uma prospera colonia de pescadores de bacalhau, a cuja pesca affluiram marinheiros bretões, normandos e bascos. « Si a Inglaterra tivesse sido mais apressada no proseguir na senda dos Cabots, haveria ensejo para uma seria disputa, pois Portugal não cessou de reclamar a soberania da Terra Nova, sob pretexto de que ficava a leste do meridiano papal, o que não era então facil desmentir. Esta questão foi, porém, absorvida pelos

Os Portuguezes na America septentrional.

¹ H. HARRISSE, *John Cabot, The Discoverer of North America, and Sebastian his son*. London, 1896.

² H. HARRISSE, *Les Corte Real et leurs voyages au Nouveau Monde*. Paris, 1883.

³ P. GAFFAREL, *La Découverte de l'Amérique*, vol. II, pags. 254 e 255.

acontecimentos de 1580, quando a Hespanha conquistou e annexou Portugal, e não se passou muito tempo sem que a incapacidade daquella potencia para manter seu predomínio no mar abandonasse a riqueza das pescarias da Terra Nova para ser partilhada entre a França e a Inglaterra ¹».

Divergencias entre os cosmographos.

A fixação do meridiano de Tordesillas era sobremodo difficil, visto discordarem os cosmographos do tempo em todos os pontos: discordavam no tocante ás dimensões da terra, no tocante ao numero de leguas que contém um grão (pois não podendo fazer-se a marcação por leguas, reduziram-se naturalmente as leguas a grãos de longitude), no tocante á extensão da propria legua maritima e até da legua commum, a qual variava de Portugal para a Hespanha. O meridiano foi, portanto, muito diversamente localizado, o que deu origem a um bom numero de problemas de geographia politica.

O meridiano de Tordesillas e o Brasil.

Bem podia de resto consolar-se Portugal de qualquer perspectiva de perda da Terra Nova, si de começo assim se lhe antolhava, quando a serie das suas navegações o havia presenteado no mesmo anno de 1500 com os immensos territorios de Sancta Cruz, que no momento do seu descobrimento foram baptizados por ilha de Vera Cruz. Quem prognosticaria de seguro, ao ser assignado o tractado de Tordesillas, que ao sul das Antilhas se extendia um tão vasto continente projectando-se para leste e assim invadindo a esphera de acção da corôa portugueza? Até que ponto estaria, porém, a Terra dos Papagaios, como primeiro a denominaram na Europa, o Brasil, como finalmente se ficou chamando, dentro da concessão das 370 leguas, feita em 1494 pelos reis catholicos? Pinzon, ao desembarcar no cabo de Santa Maria de la Consolacion, tomára posse da terra em nome da Hespanha; mas esta nação veio a reconhecer promptamente e de boa vontade tractar-se de territorio portuguez. A capitulação assignada em Granada aos 5 de Setembro de 1501, pela qual Pinzon obtivera mercê das terras por elle descobertas — desde o referido cabo de Santa Maria de la Consolacion até o Mar Doce — ficou praticamente sem effeito; a intelligencia entre as duas corôas tornou inutil, no dizer de Washington Irving, a precaução de alli estabelecer-se por aquella fórma um posto, para impedir as invasões dos Portuguezes além da sua esphera de acção. Mesmo não sendo muito cordeal a intelligencia — e ella o foi particularmente no momento em que o consorcio de D. Manuel tornou o seu futuro herdeiro, D. Miguel, herdeiro de Castella e Aragão — a extensão

¹ John Fiske, *The Discovery of America*, vol. II, pag. 23.

e diversidade das suas conquistas eram bastantes para aconselhar a Hespanha a manter-se o mais possivel dentro dos limites estabelecidos em Tordesillas.

Segundo o parecer do cosmographo catalão Jayme Ferrer, dado em 1495, as 370 leguas deviam ser contadas a partir da ilha mais central do grupo cabo-verdeano, que é a ilha do Fogo, a 15° de latitude norte e 24° 25' de longitude oeste, e pelos seus calculos mathematicos e theorias geodesicas, miudamente explicados no já mencionado trabalho do illustre americanista Henry HARRISSE, a linha de demarcação passaria em sua esphera na longitude de 42° 25' oeste de Greenwich, equivalente em nossa esphera á longitude de 45° 37' oeste de Greenwich. « Este meridiano corta na nossa esphera a costa septentrional brasileira entre as bahias de Maracumé e Piracauá, 85 milhas a oeste da entrada do Maranhão e 120 milhas a leste do rio Pará, e no sul a cerca de 150 milhas a oeste do Rio de Janeiro e cerca de 25 milhas a leste de Santos¹. » A maior parte do Brasil deste modo teria escapado ao dominio lusitano.

A ilha de Vera Cruz não representava, comtudo, o principal objecto de interesse para Portugal, assim como Hispaniola e Isabella o não representavam para a Hespanha. A magreza dos resultados das explorações de Colombo e outras que immediatamente se lhes seguiram, contrastava até muito com as riquezas que a Portugal começaram a affluir do Hindostão, desde que Vasco da Gama dalli regressou em Julho de 1499. Para approximarem-se pelo occidente destes ricos paizes começaram os navegantes hespanhoes a dirigir-se todos para o sul, e esta foi, na opinião do historiador americano John FISKE, uma das principaes razões por que durante 20 annos se negligenciou a exploração do golfo do Mexico e chegou a entrar no esquecimento a viagem de Pinzon, Solis e Vespuccio em 1497-98 á parte septentrional do continente, unica que pôde explicar a representação mais ou menos exacta da Florida nos mappas de Cantino e Waldseemüller, aquelle de 1502, este na edição de Ptolomeu de 1513. A Hespanha cuidava, sobretudo, de penetrar no Oceano Indico, e como o caminho oriental lhe estava vedado, buscava outro pelo fallado estreito de Malacca, que se suppunha ficar ao sul de Honduras, a oeste da Costa das Perolas, ou talvez a leste². Colombo o procurou a oeste na sua quarta viagem, como tambem em 1505 o procurariam Vespuccio e La Cosa, e antes delles pôde dizer-se que o procurou Pinzon a

A passagem occi-
dental.

¹ HARRISSE, *The Diplomatic History*, pag. 97.

² JOHN FISKE, *The Discovery of America*, vol. II, pag. 92.

Primeiros descobri-
dores do Brasil.

leste, quando partiu na trilha de Ojeda e Vespuccio, descendo mais para o sul e abordando a costa do Brasil perto de Pernambuco na latitude de 8° S. ou, como pretende Varnhagen, na ponta de Mocuripe vizinha do porto de Fortaleza (Ceará). Esta ponta e não o cabo de Sancto Agostinho, seria, pois, o cabo de Santa Maria de la Consolacion: dahi regressou Pinzon para o norte e de passagem entrou na bacia do Amazonas, a que chamou *Mar Dulce*. Mais tarde, em 1508, Pinzon e Solis procurariam de novo a passagem a leste, ou antes ao sul, pois verificara-se que ella só podia achar-se nas alturas do Rio da Prata, sinão mais para baixo — como Magalhães veio a confirmar — e, tomando o continente na sua fôrma a direcção oeste, pertenceria a alludida passagem á Hespanha, por caber dentro da sua esphera de acção.

Ojeda e Vespuccio haviam singrado no verão de 1499 para a costa septentrional «onde se encontravam as perolas», e, atravessando o Equador depois de passadas as ilhas de Cabo Verde, avistaram terra na costa oriental ou do Brasil, na latitude de 4° ou 5°, nas cercanias de Aracaty, diz Fiske, no delta do Assú, Estado do Rio Grande do Norte, diz Varnhagen. Aproaram então para o norte, por ser difficil a navegação em contrario á corrente equatorial. Simultanea com a descoberta de Pinzon foi a de Diego de Lepe, o qual, partindo de Palos ¹ em Janeiro de 1500 com duas caravellas, regressou em Junho, tendo dobrado o cabo de S. Roque e seguido a costa brasileira até a latitude de 10° S., reconhecendo sua inclinação para sudoeste ².

Viagem de Pedro
Alvares Cabral.

Não estariam os Portuguezes possuidos de igual afan, elles particularmente que aspiravam ao monopolio da India? Não estaria por acaso a passagem occidental comprehendida na sua

¹ Humboldt, *Examen Critique*, vol. IV, pag. 222.

² John Fiske, *The Discovery of America*, vol. II, pags. 93 a 96.

O Instituto Archeologico de Pernambuco aventou a idéa, em opposição á commemoração do descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral, da celebração do descobrimento de Pernambuco por Vicente Yanes Pinzon a 26 de Janeiro de 1500. Neste intuito foi já publicado pelo sr. Pereira da Costa um folheto contendo numerosos testemunhos em favor da prioridade da descoberta do Hespanhol, a qual aliás ninguem contesta. A projectada celebração do centenario não visa porém a recordar um acontecimento historico isolado, um feito de feliz previsão ou de inesperada fortuna: tem um alcance moral muito mais elevado. O sr. Alfredo de Carvalho tocou a verdadeira tecla quando no seio do Instituto Archeologico oppoz-se á proposta celebração pernambucana, indicando que uma tal celebração devia assumir character nacional. De facto vamos festejar, não tanto a chegada do navegador portuguez como a fundação da nacionalidade, que desde então entrou a desenvolver-se, e essa nacionalidade constituiram-na, é indiscutivel, os Portuguezes, cuja tradição historica nós representamos hoje na America, si bem que possamos ter assumido ou vir a assumir characteristics proprios.

Sem as consequencias que teve, o feito de Cabral ficaria exquecido como o de Pinzon. O sr. Capistrano de Abreu puzera isto em relevo quando concedeu absoluta prioridade a Pinzon no descobrimento do Brasil, em detrimento até de Ojeda e Vespuccio (1499), e identificou o cabo de Santa Maria de la Consolacion com o de Sancto Agostinho, interpretação que o Instituto Pernambucano faz sua.

esphera de acção? Desde muito antes de Colombo tinham-se os navegantes açorianos infructuosamente esforçado por encontrar além do archipelago ilhas e terras occidentaes, o que se prova com as varias doações *in partibus* e contractos para tal fim celebrados. Esse constante pensamento, não lhes foi dado realizar: corporizou-se na descoberta de Colombo, o que mais devia contribuir para incitar os brios portuguezes. Sendo assim a supposição, não obedeceria Pedro Alvares Cabral, ao partir de Lisboa com seus 13 navios e 1,200 homens no dia 9 de Março de 1500, a instrucções secretas, escriptas ou verbaes, dadas em identico intuito, de tentar achar no sul a passagem para a India que Gaspar Côrte Real no mesmo anno procuraria no norte ¹, e que Gonçalo Coelho partiria a procurar mais tarde ao sul do cabo de Santa Maria, onde acreditava-se acabar o continente? Antes de partir para esta viagem com Gonçalo Coelho escrevia Vespuccio ao seu antigo patrão Lourenço de Pier Francesco de Medici que contava ir breve « ao levante, passando pelo sul » ². Aos Portuguezes, que haviam franqueado o caminho oriental para a Asia semi-fabulosa, sorriria por certo em extremo topar com o caminho occidental que a Hespanha ensaiava descobrir, e era constante e corrente sua intenção de rebuscarem os mares occidentaes, que a Colombo tinham trazido boa fortuna.

O aparato da expedição de Pedro Alvares é sufficiente para indicar que elle indubitavelmente se dirigia á India, a proseguir na obra encetada por Vasco da Gama. Para ir ao Deus dará, em cata do desconhecido, duas caravellas bastariam. Ninguém todavia contesta o final destino com que partia o navegante portuguez. O que apenas alguns suppõem verosimil é que de passagem elle se afastasse para o oeste, para evitar as calmarias mas tambem para tentar o acaso, que estava sendo nesses dias o grande distribuidor de graças. O historiador americano John Fiske, auctor do melhor trabalho moderno sobre o descobrimento da America, é de opinião francamente adversa a tal hypothese. Para elle a travessia occidental do Oceano era facil nas condições em que se encontrou Cabral, procurando a conselho do proprio Vasco da Gama fugir ao mar da Guiné. « Naquelle latitude a costa brasileira demora apenas 10° a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde e a corrente sul equatorial, desconhecida de Cabral, impelle fortemente para o logar mesmo onde elle foi dar ³ ». Escriptores

Intenção ou acidente?

¹ Gaffarel, *La Découverte de l'Amérique*, vol. II, pag. 242.

² Varnhagen, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo I, pag. 85.

³ John Fiske, *The Discovery of America*, vol. II, pag. 97.

technicos e profissionaes abundam no mesmo parecer e apresentam uma combinação de ventos e correntes, da qual não podia deixar de resultar a derrota seguida por Pedro Alvares, e, ao cabo della, a descoberta da terra firme.

E' entretanto curioso que um chronista coevo e minucioso como Damião de Góes não falle nem de tempestades nem de calmarias como causadoras do descobrimento, mórmente sendo este de todo inesperado. Eis os termos em que relata o acontecimento « . . . mas vendo que não apparecia (*uma nau desgarrada da frota*) seguiu sua viagem navegando a loeste, aos XXIII dias (*a data de 22 é acceita como a correcta*¹) do mes Dabril viram terra, do que foram mui alegres, porque polo rumo, em que jazia, vião não ser nenhuma das que até então eram descobertas, Pedralures Cabral fez fazer rosto para aquella banda, & como forão bem a vista, mandou ao seu mestre que no esquife fosse a terra, o qual tornou logo com nouas de ser muito fresca, & viçosa, dizendo que vira andar gente baça, nua pela praia, de cabello comprido, cor-redio, com arcos & frechas nas mãos, pelo que mandou alguns dos capitaens, que fossem com os bateis armados ver, se era isto assi, os quaes sem sairem em terra, tornaram á capitaina afirmando ser verdade o que o mestre dixerá. Estando já sobrancora se aleuantou de noite hum temporal, com que correram de longo da costa até tomarem hum porto muito bom, onde Pedralurez surgiu com as outras naos, & por ser tal lhe pos nome Porto Seguro² ».

Note-se que Damião de Goes tinha perfeita consciencia do que escrevia. Não era um chronista ignorante ou indigesto: era um homem viajado, de educação superior, correspondendo-se com os primeiros sabios europeus do seu tempo e de espirito tão culto que, como é sabido, padeceu por isso dos rigores da Inquisição. O encargo de escrever a chronica de D. Manoel foi-lhe officialmente confiado pelo cardeal D. Henrique, e elle, que exercia o

¹ Esta data é a do calendario juliano e por alguns irreflectidamente tida como equivalente á de 3 de maio pela correcção gregoriana, a qual em 1582 subtrahiu 10 dias que pelo calendario de Julio Cesar havia adquirido o anno civil sobre o solar, e começou a ser applicada pelos historiadores para acontecimentos passados mesmo antes da reforma pontificia. A differença dos 10 dias devia porém dar como data exacta a de 2 de Maio. Quer-me antes parecer, de accordo com o que a este respeito acaba de escrever o sr. Miguel Lemos, que a data de 3 de Maio, tradicionalmente apontada como a da descoberta, não o foi por motivo do ajuste do novo ao velho calendario, mas sim por ser o dia 3 de Maio consagrado pela Egreja Catholica á Invenção da Sancta Cruz, porventura mesmo pela proximidade daquella festa religiosa. Pela continuação — e como bem diz o sr. Lemos, por effeito do pouco interesse immediato concedido á descoberta de Cabral assim como do costume, geral entre os navegadores, de darem ás novas terras os nomes dos sanctos celebrados nos dias em que ellas eram avistadas — as duas datas vieram a confundir-se, prevalecendo a tradição sobre a verdade trazida á luz em 1817 com a publicação da carta de Pero Vaz de Caminha.

² Damião de Goes, *Chronica do Srenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, ed. de 1749, pag. 68.

cargo de guarda mór do Real Archivo, a escreveu com attenção e visível deleite, tendo á sua disposição os documentos e as fontes. Porque deixa de mencionar, tractando-se de um acontecimento tão saliente como a descoberta do Brasil, possessão cuja importancia já então — a primeira edição da Chronica é de 1556 — não era mysterio, as causas que conduziram Pedro Alvares áquellas paragens? Joaquim Norberto, que convictamente advogava a hypothese intencional, invoca na sua alludida memoria o testemunho de muitos outros escriptores do seculo XVI que guardaram silencio ou explicaram mal e contradictoriamente os motivos da arribada de Cabral, sendo comtudo unanimes os coevos em não « mencionar tempestade alguma, nem corrente, cuja furia ou força arrastasse as suas naus ». O assumpto foi depois discutido nas sessões do Instituto Historico, sustentando o poeta Gonçalves Dias o parecer contrario e replicando o erudito Joaquim Norberto ¹.

Para a historia diplomatica e mesmo politica pouca importancia offerece semelhante questão, aliás valiosa e captivante para o estudioso, na actual impossibilidade da sua solução e desde o momento em que a Hespanha não contestou o acto de posse effectuada por Pedro Alvares no dia 1º de Maio. De uma cousa estamos outrosim certos. O descobridor portuguez do Brasil não duvidou um só instante que a terra onde desembarcára pertencesse de direito a el-rei D. Manoel. Provaram-lh'o os calculos astronomicos de Mestre João, o physico do monarcha, que ia na expedição e cuja carta ao soberano nos foi felizmente conservada. Levantando sem hesitar a cruz de madeira com a divisa do rei de Portugal, Cabral despachou Gaspar de Lemos a dar conta do occorrido em Lisboa, communicando logo por seu turno D. Manoel para Hespanha a noticia da descoberta.

Validade da posse.

De facto, adoptando-se mesmo o calculo do mappa portuguez conhecido por mappa de Cantino, posterior a essa descoberta, e o qual, segundo HARRISSE, faz passar a Linha de Demarcação na nossa esphera a cerca de 42° 30', aquella terra, cuja configuração e extensão eram ainda ignoradas, estava no poncto onde fôra abordada perfeitamente dentro da esphera de acção portugueza. A Linha de Demarcação de Tordesillas continuaria de resto a ser objecto de consultas e pareceres, variando sua collocação ao sabor das noções contemporaneas e individuaes da circumferencia da terra e da dimensão da legua maritima, e sendo diversa na *Suma* ou compendio geographico de Enciso (1518), no informe dos peritos de Badajoz (1524), no de Diego Ribeiro (1529) e

Variantes da Linha de Demarcação.

¹ Revista Trimensal, tomo XVIII. Essas memorias são todas muito interessantes.

em Oviedo (1545). A linha de Diego Ribeiro é a unica que fica alem da foz oriental do Amazonas, cortando a ilha de Marajó (49° 45' na nossa esphera) ¹. Opina Varnhagen ² que o meridiano de Enciso, para quem o grão de longitude tinha 16 ²/₃ leguas (quando as actuaes leguas maritimas contam-se 20 por grão), tambem passava pela ilha de Marajó, sendo o Marañon desse geographo o rio Pará e não o nosso golfo do Maranhão ou bahia de S. Marcos, o que é, todavia, contestado pelo americanista HARRISSE com argumentos dignos de leitura ³. Pelo que vemos, accordavam todos em que a linha divisoria ficava a leste, pelo menos, da verdadeira foz do Amazonas; porém a insufficiencia dos conhecimentos cosmographicos impedia uns e outros de indicarem com precisão e auctoridade por onde atravessava ella o continente da America Meridional. Eram manifestas em Hespanha as duvidas sobre o bom direito portuguez a *todo* o territorio de que se assenhoreara o reino. N'uma carta de 22 de Janeiro de 1518 escrevia Alonzo de Zuazo ao imperador Carlos V que, a partir do cabo de Sancto Agostinho 30 leguas no maximo pertenciam ao rei de Portugal, e comtudo estava este de posse de mais de 200, recebendo por anno mais de 20,000 ducados em pau brasil e escravos.

O meridiano e as Molucas.

A viagem em 1519 de Fernão de Magalhães ás ilhas das Especiarias ou Molucas, collocando as duas nações frente á frente nos antipodes, daria nova importancia á questão do meridiano, que em 1523-24 se procuraria solver na Juncta de Badajoz. A ida de Fernão de Magalhães inquietava singularmente o rei de Portugal. São conhecidos os esforços por este tentados para fazer mallograr a expedição: Navarrete os historia no ultimo volume da sua collecção. A 18 de Julho de 1519, perdidas as esperanças de deter o tenaz navegante, escrevia a D. Manuel o portuguez Sebastião Alvares, feitor em Andaluzia, o qual bastante trabalhara com Magalhães e Ruy Falleiro para reduzi-los ao serviço de Portugal, sua patria commum. « . . . Arrota que se diz que ham de levar he direitos ao cabo Frio, ficando-lhe o Brasy a mão direita, até passar a linha da particam, e d aly navegar ao eloeste e eloenoeste, direitos a Maluco; a qual terra de Maluco eu vy asentada na poma e carta, que ca fez o filho de Reynell, a qual nom era acabada quando caa seu pay veo por ele; e seu pay acabou tudo; e pos estas terras de Maluco, e por este padram

¹ HARRISSE, *The Diplomatic History*.

² *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil ou Analyse critique du Rapport de M. D'AVEZAC*, pag. 33.

³ Ob. cit., pag. 120 e seguintes.

se fazem todallas cartas; as quaes faz Diogo Ribeiro; e faz as agulhas, quadrantes e esperas; porém nom vay narmada, nem quer mais que ganhar de comer per seu engenho. Dês do este cabo Frio até as ilhas de Maluco per esta navegaçam nom ha nenhũas terras asentadas nas cartas que levam. Praza a Deus todo poderosso que tall veajem façam como os Corte Reaes; e Vossa Alteza fique descansado, e seja sempre asy envejado, como he de todolos princepes¹ ».

Pela proposta apresentada na Juncta de Badajoz o grão de longitude devia ser considerado igual a $17\frac{1}{2}$ leguas, partindo a contagem para a linha do centro da ilha de Sancto Antão, a mais occidental das de Cabo Verde², o que tornava as 370 leguas equivalentes a 22° e quasi $9'$ ($46^{\circ} 36'$ oeste de Greenwich na nossa esphera), entrando a linha pela bahia de Priatinga. Os commissarios portuguezes não chegaram, porém, a accordo com os hespanhoes, porque queriam conservar a maior somma de territorio no Brasil e ao mesmo tempo não sacrificar as Molucas. Por amor destas ilhas veio a assignar-se em Saragoça aos 15 de Abril de 1529 um tractado que fixava uma linha de demarcação em 17° ou 297 leguas a leste das Molucas, sem referir-se á localização do meridiano no Novo Mundo. Esses dezesepte grãos comprados por Portugal faziam passar o novo meridiano pelas ilhas dos Ladrões ou Mariannas e accrescentavam para o Oriente as dimensões da esphera de acção portugueza. « Si o circulo iniciado em Saragoça tivesse sido logicamente continuado e fechado, esse meridiano incidiria no mar alto, 13 milhas a leste do cabo Branco, assim virtualmente excluindo Portugal do continente sul-americano. A Hespanha e Portugal ficaram, entretanto, neste ponto exactamente onde estavam em 1494³ ».

No tocante ás Molucas assignava-se mais em Lisboa aos 23 de Abril do mesmo anno de 1529 um tractado de posse, navegação e commercio, que D. João III ratificava em Lisboa no dia 20 de Junho de 1530. Carlos V carecia, como sempre e mais do que nunca, de dinheiro para suas variadas emprezas militares. Pelo tractado obrigou-se Portugal a pagar-lhe 350,000 ducados, obrigando-se por seu lado Castella a restituir esta somma, pela qual era adquirido o direito ás Molucas, a todo tempo que se provasse não estarem estas ilhas dentro da sua demarcação, mas

¹ *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas portuguezas*. Lisboa, MDCCCXCII, pag. 434.

² HARRISSE escreve por engano a mais oriental, o que, além de inexacto geographicamente, seria contraproducente, visto constituir todo o fito hespanhol incluir em sua esphera as Molucas.

³ HARRISSE, *The Diplomatic History*, cap. XVIII.

da de Portugal¹. Parece que a escriptura de Saragoça queria provar exactamente isto, que Portugal ganhava no Oriente o que perdia no Occidente, mas não se deve procurar demasiada logica nos arranjos da diplomacia, por natureza e necessidade opportunistas no sentido de visar o resultado do momento e descrente no contar com o futuro.

As Philippinas.

Com as Philippinas as cousas tinham-se passado mais expeditamente. Magalhães, navegando para oeste, apoz atravessar a immensa vastidão deserta do Pacifico, primeiro descobriu esse archipelago, que ficava dentro da esphera de acção portugueza. Um erro, accidental ou proposital, dos cartographos hespanhoes, só mais tarde corrigido, collocou-o, comtudo, 25° a leste da sua verdadeira posição geographica, attribuindo dest'arte a posse á Hespanha².

O Meridiano de Tordesillas nos seculos XVII e XVIII.

Não findaria, no emtanto, com essas peripecias o fadario da linha de Tordesillas. Em 1681 concordariam os cosmographos das duas nações em faze-la passar a 22° 13' oeste da ilha de S. Nicoláo (Cabo Verde), e Ulloa a calcularia em 22° 14' em 1749, no anno anterior ao tractado de 1750, fixando os limites americanos das duas corôas ibericas³. As Molucas, como as Philippinas, ficavam incontestavelmente dentro do hemispherio portuguez, mas « por uma especie de convenção tacita anterior ao annullado tractado de 1750, subentendeu-se a troca daquelles dominios asiaticos com a extensão que o Brazil adquirira pela terra a dentro⁴ ». Alexandre de Gusmão, na resposta ás allegações do brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcellos, ex-governador da Colonia do Sacramento, relativas aos tratados dos limites d'America, negociados em 1750 pelo mesmo distincto diplomata e secretario confidencial do rei D. João V, reconhece, como não podia deixar de faze-lo, que Portugal invadira boa parte da esphera de acção hespanhola no Occidente. Tomando os factos no seu poncto de partida, lembrava Gusmão que Fernão de Magalhães, para demonstrar que as ilhas das Especiarias cabiam de direito a Carlos V e pretendendo abranger até Malaca, « tinha diminuido os espaços, de sorte que defraudou ao mar do sul mais de 40 grãos meridianos », como se pôde ver do mappa publicado por Herrera. A verificação não era então facil, como já disse, e Gusmão recorda mais, que não só até o seculo XVII nenhuma

¹ Varnhagen, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo 1, pag. 101.

² Justin Winsor, *Narrative and Critical History of America*, vol. 11, pag. 592.

³ Varnhagen, *Examen*, etc., pag. 44.

⁴ Varnhagen, *Historia Geral*, 1ª ed., tomo 1. Notas e Provas, pag. 437.

nação além da hespanhola navegou o Mar do Sul (ou Oceano Pacifico), como ignorava-se a observação dos satellites de Jupiter, e outros meios com que depois se facilitou a averiguação das longitudes ¹.

Para questionarem baseavam-se os Portuguezes sobretudo — o que não era bastante — nos roteiros dos pilotos da carreira da India, e afim de lhes sahir mais vantajoso o calculo contavam ao tempo das discussões de Saragoça as 370 leguas alem do meridiano como situado este na ilha do Sal, que é a mais oriental das do Cabo Verde. Ao tempo de Alexandre de Gusmão porém, afim de validarem a posse do maximo do Brasil, contavam as 370 leguas partindo da ilha de Sancto Antão, que é a mais occidental. Da mesma fôrma que cessára com a annexação de Portugal a contenda sobre a legitimidade do dominio das Philippinas, tambem deixara de ter importancia depois de 1580 a expansão dos Portuguezes na Amazonia e no sul do Brasil. Com a fusão das duas partes contractantes deixára de vigorar o tractado de Tordesillas, realizando-se a solução prevista em 1494.

A longa e sangrenta disputa sobre a Colonia do Sacramento é posterior á restauração e originou-se na fundação em 1680 de uma fortificação no Rio da Prata, em lugar que se dizia caber dentro da esphera de acção portugueza. Por causa d'ella celebrou-se o tractado provisional de 1681 e negociou Alexandre de Gusmão o tractado de 1750, trocando-a, junctamente com as terras usurpadas e occupadas no Oriente pelos Hespanhoes, pelo territorio das Missões e sobretudo pela desistencia dos direitos hespanhoes sobre as terras usurpadas e occupadas pelos Portuguezes na America em violação do meridiano mesmo o mais parcial ².



Parallelamente com as discussões theoricas ou academicas a proposito da verdadeira posição do meridiano de Tordesillas proseguira a obra practica das explorações, tanto mais activa quanto

Explorações.

¹ Collecção de varios escritos ineditos politicos e litterarios de Alexandre de Gusmão. Porto, 1841.

² Na memoria citada explica Alexandre de Gusmão com grande sagacidade todas as vantagens do seu plano de consolidação do poderio portuguez no Brasil levado a cabo mediante o abandono da Colonia do Sacramento, cuja fortaleza Portugal conservava sem que os Hespanhoes ceddessem o territorio adjuncto estipulado mas não precisamente descripto no tractado de Utrecht. . . « Considere V. Sa, finalmente se fizemos mau negocio em regular duas mil leguas de fronteira com tal clareza, e por balisas tão certas, e indubitaveis, que em nenhum tempo possamos mais ter por este respeito altercação com os nossos visinhos, quando até agora estavamos demarcados por uma linha meridiana, que custa muito a determinar com um relógio solar de quatro palmos, quanto mais em tantos centos de leguas, donde resultava uma continua e irremediavel occasião de disputas entre esta Corôa e a d'Hespanha. » (*Ob. cit.*, pag. 182).

já começava ella a ser tradicional, datando da primeira metade do seculo XV o impulso dado ás navegações oceanicas pelo solitario de Sagres e havendo, desde o início dos descobrimentos e sobretudo depois da realização do sonho de Colombo, obtido muitos Portuguezes concessões de terras por descobrir e partido á aventura. A iniciativa particular era então uma realidade. Não só as expedições francezas eram mixtas, a saber, que iam n'ellas de sociedade o rei e subditos seus. Assim o eram tambem as expedições portuguezas. Na de Pedro Alvares Cabral algumas das embarcações tinham sido armadas ás custas de negociantes¹, e as mais importantes casas commerciaes de Sevilha tomaram parte saliente no apresto das primeiras expedições hespanholas ao Novo Mundo.

O Brasil nos seus começos mais deveu á industria privada do que ao zelo official. As informações de Vespuccio, ao regressar em 1502 da ousada viagem que o levou até a Georgia Austral, foram tão desfavoraveis com respeito á nova possessão do rei de Portugal, « dizendo não haver na terra metaes nem mercadoria de aproveitar-se mais que canafistola e o lenho de tinturaria, que a Corôa praticamente abandonou-a á mercê dos especuladores particulares, os quaes á porfia começaram a vir a estes portos, principalmente a buscar tão productivas cargas do tal novo pau brazil, a ponto que d'elle veio tomar o nome toda a região² ». Affluiram pois os especuladores, que eram contractadores ou arrendatarios e mandavam naus por conta propria — como a Bretoa da qual Varnhagen publicou o livro de bordo e que, tendo partido de Lisboa a 22 de Fevereiro de 1511, fez a viagem redonda á feitoria de Cabo Frio em oito mezes, — e tambem aventureiros francezes, que representaram no seculo XVI com relação á defesa portugueza o papel dos Hollandezes no seculo XVII e dos Castelhanos no seculo XVIII.

Attritos com a
Hespanha

Não é que os Hespanhoes se não sobresaltassem de quando em vez nos proprios inicios da colonização americana com a actividade dos Portuguezes n'aquellas paragens, mas estavam do mesmo modo muito occupados com suas conquistas para poderem pelejar por ellas, e tambem a diplomacia ia cumprindo sua missão de paz e serenando as desconfianças, como se prova com o trecho seguinte de um documento recentemente publicado³, confirmando o que anteriormente se sabia por outros documentos. A 6 de Setembro de 1513 escrevia D. Manoel de Portugal a D. Fernando de Aragão que Lobo Furtado de Mendonça, gentilhomen da casa do regente

¹ Varnhagen, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo I, pag. 70.

² Varnhagen, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo I, pag. 84.

³ *Alguns Documentos*, etc., pag. 292.

de Castella, lhe daria plena informação acerca « dos navios e gente de nosos rreynos, que dizees que sooes enformado que vaao a descobrir e entram no que por voso mandado he descoberto na teerra que agora mandastes chamar Castella de Ouro (*a provincia no golfo de Darien*), que he pegada com a nosa teerra do Brasyl ». Do lado de Portugal tambem havia pretextos de queixas. A viagem de Fernão de Magalhães susceptibilizára muito o reino e sabemos que D. Manoel quiz até obstar pelo assassinato e embaraçou pela intriga a partida do ousado marinheiro, a quem anteriormente desconsiderára.

Os ciumes provinham todos da possibilidade da descoberta de uma passagem occidental para o Oriente, que Fernão de Magalhães encontrára muito ao sul, mas que se suppunha poder ainda ser encontrada mais ao norte e com menor extensão de mar a atravessar para chegar às terras opulentas das especiarias e das pedras preciosas. Precisamos nunca esquecer que o conhecimento geographico do globo estava ainda longe de ser completo, sendo particularmente ignorada a grande massa de terra que compõe os continentes norte e sul americano. O descobridor do rio Hudson imaginava, ao subil-o, ter encontrado a passagem para o mar que banha as praias do Cathay, e a esperança de topar com um caminho para a Asia mais rapido e facil que o tomado por Magalhães nunca abandonou os navegadores até tornar-se bem conhecida a configuração do Novo Mundo e patentes as dimensões do globo terrestre.

Era por isso sobretudo que em 1531 o embaixador portuguez Alvaro Mendes de Vasconcellos ainda renovava infructuosamente em Castella, por parte do seu soberano, as instancias para que se decidisse quem havia descoberto o Rio da Prata, si D. Nuno Manoel, si João Dias de Solis, o qual allí encontrára a morte em 1515 ás mãos dos indios ¹. Os companheiros de Solis, que regressavam à Europa, quizeram fazer escala pelo cabo de Sancto Agostinho para levarem para Hespanha alguma carga de pau brasil. Deparando-se porém em Pernambuco com uma feitoria portugueza, não estiveram com meias medidas: aprisionaram os occupantes e levaram-n'os a todos. Perante reclamações do rei os 11 Portuguezes foram depois trocados por septe Castelhanos que estavam presos em Portugal e haviam sido encontrados na bahia dos Innocentes, ao norte de Cananéa ².

¹ Varnhagen, *Primeiras negociações diplomaticas respectivas ao Brazil*, Rio de Janeiro, 1843.

² Varnhagen, *Historia Geral*, 2ª ed., tomo I, pag. 98.

Era então frequente o caso de abordarem-se navios hespanhóes em portos portuguezes das possessões, como o era o de navios portuguezes irem parar a portos hespanhóes, e o tractamento valia-se nos dous lados, cifrando-se na prisão e deportação, quando escapavam os navegantes ao morticínio pelos indios. O exemplo mais pathetico deste estado de cousas é o do pobre D. Rodrigo de Acuña, culpado de ter feito parte de uma expedição que se destinava ás Molucas pelo Rio da Prata, o qual, depois de mil trabalhos, soffreu uma prolongada prisão na feitoria de Pernambuco.

O seguinte quadro mostra a um tempo a rapida successão das explorações e a identidade de certa zona percorrida ou visitada por expedições portuguezas e hespanholas, simultaneamente, nos annos immediatos ao do descobrimento, em que foi attingida, como é sabido, por quatro differentes flotilhas:

Quadro das primeiras viagens feitas ás terras do Brasil, extrahido e resumido de um quadro geral de viagens hespanholas e portuguezas ao sul do tropico de Cancer, na obra de John Fiske. «The Discovery of America» vol. II, pags. 62 e 63—, e alterado em alguns dos seus dizeres, segundo outras auctoridades.

NOMES DOS EXPLORADORES	DATAS DAS VIAGENS	LOGARES PERCORRIDOS OU ABORDADOS
Ojeda, La Cosa e Vespuccio (hesp.)	16 de Maio de 1499 a Junho de 1500.	Ponta na costa septentrional do Brasil, proxima a 5° lat. austral segundo Varnhagen (<i>Hist. Ger.</i> , 2ª ed., vol. I, pag. 77).
Pinzon (hesp.)	Dezembro de 1499 a Setembro de 1500.	Costa brasileira na altura de 8° sul e d'ahi na direcção noroeste.
Lepe (Diego de) (hesp.)	Janeiro a Junho de 1500.	Costa brasileira até cerca de 10° S.
Pedro Alvares Cabral (port.)	9 de Março de 1500 a Julho de 1501.	Costa brasileira desde cerca de 12° até 16 30'. S. ¹
Nuno Manoel (?) e Vespuccio (port.)	14 de Maio de 1501 a 7 de Setembro de 1502.	Costa brasileira desde 5° até 34 S. e dahi á ilha da Georgia Austral, 54° S.
Gonçalo Coelho e Vespuccio (port.)	10 de Junho de 1503 a 18 de Junho de 1504.	Costa brasileira, Vespuccio até cerca de 23° S., Coelho até cerca de 40° S.
Christovão Jacques.	1503.	Costa do Brasil e da Patagonia até cerca de 52° S. ²
Pinzon e Solis (hesp.)	29 de Junho de 1508 a Outubro de 1509.	Costa do Brasil, etc., até cerca de 40° S. ³

NOTA — Não tendo sido logo discriminadas as possessões portuguezas e hespanholas, por costa brasileira entende-se extensão superior á actualmente apresentada no littoral oriental da America do Sul.

¹ Escreve Varnhagen que, soprando a aragem do sul, foi a armada de Cabral felizmente levada do ponto onde lobrigara terra para o norte, onde fica Porto Seguro (16° 30'), evitando assim os baixos e recifes dos Abrolhos e Itacolomi, que demoram logo ao sul do monte Paschoal. Os pilotos da expedição indicaram bastante precisamente como sendo a 17° S. a latitude de

Com os Hespanhoes a questão era toda de linha divisoria, si ficava esta na realidade mais para leste ou mais para oeste. Com os Francezes a cousa apparecia com vezes peor. Estavam de fóra dos ajustes diplomaticos e affixavam intenções de arrecadar seus ganhos onde os encontrassem mais faceis, pirateando á discreção. N'um tempo em que os Inglezes se revelavam ainda em comparação fracos homens de mar, os Francezes entregavam-se a ousados commettimentos maritimos. Alguns dos escriptores desta nacionalidade até pretendem que a Normandos se deve a primeira descoberta do Brasil, realizada por Cousin, de Dieppe, em 1488, o qual teria sido levado até a foz do Amazonas pelas correntes oceanicas que tão propicias se mostrariam mais tarde a Pedro Alvares Cabral. Tal factó é contestado com bons argumentos, e nada ha pelo menos que o prove. A data mais antiga em que se assignala com certeza a presença dos Francezes no Brasil é a de 1504, anno em que foram encontrados traficando com os aborigenes no porto da Bahia e tiveram de soffrer o rude assalto do furor portuguez.

Os Francezes. Prioridade das suas descobertas?

No mesmo anno cita-se tambem a viagem de aventura maritima do navio *Espoir de Honfleur*, commandado pelo capitão de Gonneville e partido de França em 1503. Das paragens ignotas por elle visitadas teria o capitão trazido um documento vivo na pessoa de um indiosinho com quem mais tarde se casou sua filha, nascendo deste consorcio o abbade Paulmier de Gonneville. As terras austraes descobertas por esse marinheiro não teriam sido, como julgaram muitos até tempos recentes, a Australia, nem a nova Hollanda, nem Madagascar, nem as terras antarcticas, porém

De Gonneville.

Porto Seguro, e si elles assim podiam determinar quasi correctamente a latitude, tambem deviam poder fixar com mais ou menos acerto a longitude.

² Varnhagen com toda a plausibilidade faz datar esta viagem de 1526 e suppõe que em 1506 sahio de Lisboa uma expedição para o sul do Brasil, tendo por pilotos Vasco Gallego de Carvalho e João de Lisboa. Para o norte do cabo de S. Roque tambem foram expedições, cujas noticias são « mais vagas e escassas ». A data de 1526 para a viagem de Christovão Jacques parece com effeito mais verdadeira, pois a 24 de Dezembro de 1527 escrevia de Pariz a D. João III João da Silveira, embaixador de Portugal em França, que deste reino tinham enviado cinco náos ao rio que descobrira Christovão Jacques na costa do Brasil (Terazano vai daqui com cinco náos, que lhe o almirante ordena, a hum grão rio na costa do Brasil, o qual diz que achou hum castelhano. . . . O rio crêo que é o que achou Christovão Jaques — *Alguns Documentos*, etc., pag. 490.

³ Esta viagem foi tomada a mal pela corôa portugueza. No dizer de Varnhagen não foi apprehendida por Castella, mas sim por armadores, parte delles de Antuerpia, como os Haro. João Dias de Solis era portuguez e havia emigrado para Castella por não poder obter o pagamento de quantias que lhe eram devidas. Pelo que se vê de cartas publicadas por Navarrete, o embaixador portuguez em Hespanha, João Mendes de Vasconcellos, tractava em 1512 de fazer com que Solis, o qual já então era piloto-mór de Castella, regressasse a Portugal. O rei D. Manuel escrevera para tal fim ao seu embaixador, dizendo constar-lhe que Solis ia a Malaca ou procurar o caminho occidental para as ilhas e terras das especiarias do Oriente. Solis, como já disse, foi victima dos indios no Rio da Prata, por elle sinão descoberto, pelo menos primeiramente explorado por occasião da expedição de 1515, em que perdeu a vida. Esta expedição, aparentemente promovida por armadores, era subvencionada secretamente pela corôa de Castella.

sim o Brazil, cuja costa acompanhou por 300 leguas sob a acção dos ventos alisios desde o cabo Sancto Agostinho, de novo abordando-a muito mais abaixo, nas terras dos Goytacazes, quando a caminho do cabo de Boa Esperança foi sua embarcação repellida pelo vento do sul¹.

Esboço do commercio francez na costa brasileira.

Em Dieppe vivia então o famoso armador João Anjo, o qual, tão rico quão emprehendedor, costumava mandar seus navios a todas as regiões do mundo recentemente abertas á exploração mercantil. No Brasil a porção mais frequentada da costa entrou a ser entre o cabo Sancto Agostinho e Porto Real, na altura de 12°, zona onde encontra-se melhor e mais abundante pau brasil². Gaffarel reedita uma extensa lista de embarcações francezas saídas para a costa do Brasil a partir de 1523, e na collecção de viagens de Ramusio encontra-se uma descripção das nossas terras feita em 1529 por Parmentier, capitão da *Pensée* ao serviço do armador Anjo. Haviam-se estabelecido escambos regulares: os selvagens recebiam ferramentas, quinquilherias, pentes, espelhos e bugigangas, e os Francezes carregavam além do pau brasil, parte essencial do negocio, outras madeiras usadas nos estaleiros e marcenarias, algodão, papagaios, macacos, pelles de onça, pennas de beijaflor, tucanos e outras aves sarapintadas e brilhantes para ornatos de vestuarios ricos, oleos medicinaes, etc. Os saguins e araras gosaram n'aquelle tempo de uma popularidade jamais excedida, constituindo um deleite da aristocracia, bem como da burguezia e da plebe. Marinheiros normandos fixavam-se de bom grado entre as tribus indigenas, as quaes sempre testemunharam marcada predilecção pelos Francezes, mais amaveis e attrahentes que os grosseiros Portuguezes. Aquelles colonos sêrviam depois de interpretes e corretores, tornando-se a profissão não menos rendosa que estimada³.

Indios brasileiros em França.

Os proprios indigenas não desadoravam mudar de continente e acompanhar os seus amigos francezes ás terras civilizadas da Europa. Depois do filho do cacique Arosca confiado ao capitão de Gonneville na sua hoje authenticada viagem mencionam-se septe que vieram em 1509, e particularmente aquelles de que se occupou Ferdinand Denis: os cincoenta tupinambás que em 1550 deram em Ruão, perante Henrique II e sua esposa Catharina de Medicis,

¹ P. Margry, Cap. — *La Navigation du Capitaine de Gonneville et les pretentions des Normands á la découverte des terres australes sous Louis XII*, na obra — *Les Navigations Françaises du XVI^e siècle*. Paris, 1867.

² Relação do *gran capitano del mare francese*, Jean Parmentier, na Collecção de Ramusio citada em Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, pag. 63.

³ Caffarel, *Histoire de la Découverte de l'Amérique*, vol. II, cap. X.

uma representação dos seus combates e das suas danças. A esta festa pomposa, de cuja feição original relações, uma impressa e outra manuscripta, esculpturas em madeira de um palacio e baixos relevos em cantaria de uma egreja de Dieppe conservaram viva a lembrança, e para a qual foi convidado e assistio o embaixador portuguez em Pariz, não faltou o simulacro de um combate naval terminado pelo incendio da embarcação portugueza, como hoje nos Estados Unidos qualquer representação theatral ou pyrotechnica desse genero inevitavelmente acaba com a destruição da armada de Cervera ou de Montojo.

As disputas franco-portuguezas por motivo da invasão dos direitos lusitanos pelos corsarios normandos vieram a tornar-se naturalmente costumeiras, levando o embaixador de Veneza em Pariz, Marino Cavalli, a escrever á Senhoria que uma guerra surda existia entre os dous paizes¹. As hostilidades no Brasil entre Francezes e Portuguezes não provinham no entanto de qualquer desintelligencia tradicional entre as duas nações. Os maritimos hespanhoes e portuguezes entretinham até muitas relações com a Normandia. Por seu lado Francezes vinham estabelecer-se e negociar em Portugal, e nos seculos XV e XVI privilegios de commercio foram dados e renovados ás duas nações ibericas para traficarem em Harfleur². Muito menos sympathia havia entre Portuguezes e Hespanhoes e comtudo não se guerreavam, porque a dirigir suas navegações existia a auctoridade, a sombra que fosse, de uma bulla papal e sobretudo do instrumento diplomatico de Tordesillas. A arena estava franca ás dilações e tergiversações profissionaes, e entrementes descançavam as armas. Os Francezes andavam porém pela força das circumstancias justificando de antemão o adagio que qualifica de *roupa de francezes* aquillo sobre que todos se arrogam direitos.

Rivalidades e hostilidades

Francisco extranhára muito, como é notorio, a partilha feita por Alexandre VI sem consideração alguma pelos seus subditos, os armadores normandos, bretões e gascões, e, na expressão do chronista Herrera, respondera ás queixas de Portugal e da Hespanha — formuladas as primeiras em 1516 pelo embaixador Jacome Monteiro — « que él entendia seguir sus conquistas y navegaciones que de derecho le competian como á los otros principes de la Christiandad. . . » Mais tarde, em 1532, quando a gente de Pero Lopes de Sousa deu cabo da feitoria franceza de Pernambuco e apresou o navio francez *La Pelérine*, o barão de Saint

¹ F. Denis, *Une Fête Brésilienne célébrée à Rouen en 1550*. Paris, 1851.

² P. Margry, *ob. cit.*, pag. 123.

Blancard, general das galeras, questionaria mais afoitamente o direito portuguez áquellas *ilhas*, « imo gentes eas incolentes plurimos habent regulos quibus more tamen et ritu silvestre reguntur ». E n'um rompante em latim da decadencia, o irado argumentador proseguiria affirmando que é de todos o Oceano e devem estar abertas á colonização e commercio de todas as nações as ilhas transatlanticas (imo enim mare sit commune, et insulæ prefatæ omnibus apertæ, permissum est nedum Gallis, sed omnibus aliis nationibus eas frequentare et cum accolis, commercium habere ¹).

Os Portuguezes não entendiam as cousas do mesmo modo e desde 1504 havia sido defeza por alvará a confecção de cartas e esferas terrestres com as terras marcadas ao sul de Manicongo e das ilhas de S. Thomé e Príncipe, e bem assim prohibido pelas Ordenações manoelinas o engajamento de pilotos ou marinheiros portuguezes por armadores de outras nacionalidades, dupla interdicção que nunca foi observada. Pouco depois de subir ao throno em 1521 D. João III, avisado por Portuguezes residentes em França de que Verazzano se offerecêra para descobrir no Oriente « outros reynos que os Portuguezes não tinham descobertos » e de que nos portos da Normandia se faziam prestes armadas « para irem povoar o Brasil », outrosim levado pelas continuadas queixas contra os corsarios francezes, resolveu mandar de embaixador a França João da Silveira. Deixo ao chronista Francisco de Andrada a tarefa de relatar no seu estylo claro e conciso a curta historia da primeira phase d'essa missão diplomatica : « A sustancia da sua embaixada era pedir a el Rey que pois antre elles não auia guerra, antes auia paz & amizade antiga, mandasse dar ordem no seu reyno com que cessassem tantos roubos, & tantos danos, quantos os Portuguezes & os Francezes se fazião pollo mar hũs aos outros, que era hũa guerra tacita & particular antre aquelles que no publico & em geral erão amigos, & que tudo o que se achasse nos seus portos que fora tomado aos Portuguezes, lho fizesse restituir, porque elle tambem se nos portos de Portugal achasse cousa que fosse tomada aos Francezes lha fazia restituir logo. E a todos os que viessem requerer nisso sua justiça contra os seus vassallos, lha faria muyto inteira & com muyta breuidade. Ea pos isto lhe pedisse tambem que defendesse aos seus vassallos armarem contra os lugares da conquista de Portugal, para os quaes nem aos proprios Portuguezes naturaes e vassallos seus, era licito naue-

Embaixadas de João da Silveira a França e de Honorato de Cais a Portugal.

¹ D' Avezac, *Considérations géographiques sur l'Histoire du Brésil*. Paris, 1857, nota V, pag. 164 (documento publicado por Varnhagen).

garem nem tratarem nelles. Chegado João dasilueyra ha corte de França foy nella bem recebido, porem nas cousas que propos dos negocios que leuaua a cargo, lhe respondeo por então el Rey indeterminadamente, & com rezões mais de apparencia que de resolução, que parecião dadas, não tanto para effectuar os negocios de que se lhe trataua, como para os dilatar, & antreter-lhe o tempo ».

A attitude dubia de Francisco I não era inexplicavel: variava de accordo com as noticias que recebia do resultado da missão que por seu lado confiára a Honorato de Cais, (ou de Cazes, conforme opina o visconde de Santarem), gentilhomem saboiano, o qual em tempo de D. Manoel já viera a Portugal tratar do casamento da filha do rei de França, a princeza Carlota, com o principe herdeiro D. João. De novo trazia o embaixador mandado de occupar-se d'esse casamento e de reafirmar as pazes e amizades com el-rei de Portugal. Esta segunda parte das suas instrucções poude elle cumprir sem difficuldade, mas o casamento era assumpto mais delicado e importante. Exigiram-lhe em Lisboa poderes mais largos que aquelles de que o haviam investido. Foi-se de Cais a França e trouxe inteiros poderes. O rei porém continuou entretendo-o ou illudindo-o sob pretexto de que o fallecido D. Manoel lhe deixára ordem de primeiro occupar-se do casamento da princeza D. Isabel sua ermã. Entretanto morria em França a princeza Carlota e gorava o principal objectivo da embaixada de Francisco I.

João da Silveira julgou um momento chegar ao termo e o mais afortunadamente possivel sua missão. No dizer de Francisco de Andrada, o Valois mandou sobreestar o apresto dos navios que se armavam para a India e restituir toda a fazenda indevidamente tomada a Portuguezes, promettendo tambem atalhar de futuro a obra dos corsarios. Estava D. João III no poncto de dar por finda a embaixada e fazer recolher o embaixador, substituindo-o em Pariz pelo licenciado Pero Gomez Teixeira — o qual, ajudado pelo sabio Diogo de Gouvêa, reitor de Sancta Barbara d'aquella cidade, regularia certos assumptos pendentes da sua fazenda e assistiria nas demandas intentadas por Portuguezes — quando por aviso de Jacome Monteiro, que lá andava na faina das restituições, se soube em Lisboa estar tudo alterado. Mandára o rei de França fazer geral sequestro e embargo em toda a fazenda portugueza, real e particular, e nos navios d'esta nacionalidade que se achassem em portos francezes. Ao mesmo tempo, tendo sido declarada a guerra entre Francisco I e Carlos V, era uma nau castelhana com precioso carregamento apresada em aguas portuguezas; porém Pero Botelho, capitão da frota de guarda costa, trouxe á força presa e

apresentes para o porto de Lisboa, onde foi aquella sequestrada e postos estes a bom recato, sentenciando sobre o caso a Casa da Supplicação. O pobre embaixador portuguez não conseguiu afinal durante sua estada na côrte do Valois mais do que embargar a viagem do Florentino Verazzano e de alguns poucos navios de corsarios¹.

Medidas retaliatórias tomadas por Portugal.

Tinham-se entretanto por tal forma multiplicado as viagens francezas ao Brasil, ás quaes se referem os mais antigos documentos coevos testemunhando sua frequencia, que em 1526 Portugal, que como disse, não só envidára infructuosamente esforços diplomaticos para impedir essas navegações ao Brasil como até transigira e negociára com João Anjo e um outro notavel corsario², decidiu instituir uma esquadilha de guarda costa para a sua possessão com ordem de não poupar os estrangeiros³. D'ella Christovam Jaques recebeu o commando, fundando por essa ocasião não a primeira feitoria de Pernambuco, que já estaria creada, mas como insiste Varnhagen, a feitoria de Itamaracá. Era sem duvida por semelhante motivo que em 1527 escrevia a D. João III o embaixador João da Silveira: « Não estão caa nada bem com se querer defender o Brasil; e, rrepredendo o, não sem paixão, me dise o almyrante que caravellas portuguezas quiserão laa meter no fundo hũa naao franceza, a qual tomaara tres ou quatro dos portuguezes e que estavam. . . presas e em dereyto⁴ ».

Comtudo a casa dos Valois, empenhada com todas as forças na ambição da preponderancia continental e que seria a breve trecho empolgada pela tremenda tormenta religiosa que tanto assolou a França no seculo XVI, não evidenciava para com a expansão ultramarina mais do que um interesse mediocre, e apesar de protestar alto e bom som em favor dos seus direitos, parece que receava mesmo ir muito francamente de encontro ás pretensões hespanholas e portuguezas. A iniciativa particular chegava a soffrer os vexames de tal constrangimento. Parmentier escrevia em 1529 que « si o rei Francisco I quizesse largar por pouco que fosse a redea aos negociantes francezes, em menos de quatro ou cinco annos estes lhe teriam conquistado a amizade e assegurado a obediencia dos povos d'essas novas terras, sem outras armas além da persuasão e das boas maneiras⁵ ». Como vimos porém, ao

¹ F. d'Andrada, *Cronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey Dom João o III d'este nome*, Anno 1613, cap. XIII, primeira parte.

² Varnhagen, *Hist. Ger.*, 2ª ed., tomo I, pag. 104.

³ D'Avezac, *Considérations*, etc., pag. 23.

⁴ *Alguns Documentos*, etc., pag. 490.

⁵ Collecção de Ramusio.

contrario do que desejava Parmentier e pelas instancias do embaixador João da Silveira, o rei Francisco I impedira de partir uma expedição commandada pelo florentino Verazzano e destinada a fundar um estabelecimento permanente no Brasil. Todavia, até depois da obra de destruição de Christovam Jaques e mau grado o edicto de D. João III de Portugal ordenando aos seus subditos, sob pena capital, de pôrem a pique os navios francezes de caminho para o Brasil ou de volta d'esta região, similhantes embarcações, normandas especialmente, persistiram em frequentar aquelles mares, dando caça ás embarcações portuguezas, travando guerra de corsarios, rompendo o exclusivismo lusitano.

Quando Christovam Jaques foi mandado regressar em 1528 da sua estação naval nas costas brasileiras, onde o substituiu Antonio Ribeiro, trouxe comsigo nada menos de 300 prisioneiros feitos n'um combate com navios francezes, dois normandos e um bretão, que carregavam de pau brasil. As devastações portuguezas, de que era remate esta façanha, não podiam deixar de causar grande excitação entre os maritimos francezes, e os interessados nos navios apresados ou destruidos requereram de Francisco I cartas de marca para se indemnisarem de seus prejuizos, orçados em 60,000 cruzados. Para cuidar d'estas indemnisações mandou o rei de França a Portugal o rei d'armas Helice Alesge de Angoulême, o qual chegou a Lisboa em Janeiro de 1529 e em dois mezes nada logrou obter. O seu regresso levou Francisco I a assignar uma carta patente de corso contra Portugal em favor de João Anjo, offerecendo depois cassal-a a troco de um emprestimo de 300,000 cruzados, pelo que foi despachado para Lisboa o mestre Pedro de la Garde.

Novas missões diplomaticas.

« Respondeu o monarcha portuguez (com muitas desculpas e incumbindo de encarecel-as em França o seu embaixador João da Silveira) que por obsequial-o lhe emprestaria 100,000 cruzados em dinheiro; e que o mais, que passava e muito de 300,000 cruzados, lhe cedia tambem de emprestimo, si elle quizesse fazer justiça, obrigando muitos dos seus vassallos a restituir as tomadas illegitimamente feitas. João da Silveira era auctorizado, inclusivamente, a agenciar estes negocios concedendo aos individuos que assentasse *algum proveito secreto*. A este mesmo intento foram de embaixada os desembargadores Lourenço Garcez e Gaspar Vaz ¹ ».

Com effeito sabemos que os corsarios francezes não tinham aguardado a solução das negociações diplomaticas para vingarem-se

Recrudescença de hostilidades.

¹ Varnhagen, *Hist. Ger.*, 2ª ed., tomo I, pag. 112.

por suas próprias mãos. Numa carta de 16 de Janeiro de 1530, publicada por Navarrete, dizia D. João III a João da Silveira que haviam os Portuguezes perdido em mãos dos corsarios francezes 300 embarcações e soffrido um prejuizo de mais de 500,000 cruzados¹; as negociações no entanto proseguiam sempre não obstante o echo desses longinquos combates e reciprocas crueldades. Uma commissão mixta fôra nomeada pelas duas corôas para regular as indemnizações mutuamente reclamadas e Francisco I mostrava apreciar o procedimento de D. João III, acquiescendo em mandar-lhe os 100,000 cruzados, porquanto ordenava em 1531 ao almirante de França de deter os navios francezes de volta do Brasil e da Guiné, sob color de que o commercio destas regiões pertencia exclusivamente aos Portuguezes. Nos archivos municipaes de Ruão ainda se conservam os processos verbaes de arresto de alguns navios em taes condições².

Na sua relação á Senhoria de Veneza escrevia um pouco mais tarde, em 1535, o embaixador Marino Giustiniano que as negociações sobre franquias mercantis no Brasil arrastavam-se entre o embaixador portuguez e o almirante francez, plenipotenciario nomeado para a discussão. Francisco I não mostrava vivo interesse pelo negocio, porém o que mais o retardava eram os ricos presentes que o almirante recebia do diplomata. O processo de 1541 estabeleceu a verdade destas accusações, evidenciando que o almirante Chabot recebêra dinheiros, dos quaes parte para arranjar um ajuste com Ango, e uma tapeçaria no valor de 10,000 escudos. Em 1531 estivera alguns mezes em França como embaixador extraordinario o vedor da fazenda D. Antonio de Attaide, depois conde da Castanheira, cuja missão foi, pode dizer-se, coroada de exito, alcançando do monarcha francez pelo menos apparente satisfação, celebrando as já mencionadas capitulações com João Ango, e predispondo as cousas para a futura obra das commissões mixtas, que, segundo diz Varnhagen, se reinstallaram no anno de 1537 em Irun e Fuentarrabia « para attenderem ás reclamações de prezas e tomadias, dos queixosos d'uma e outra parte ».

Prezas marítimas.

Entrementes tinham-se dado no Brasil occurrencias importantes. Por causa exactamente das repetidas incursões francezas decidira-se na côrte portugueza, no cumprimento de uma idéa pela qual já Christovam Jaques se empenhára, tomar posse mais effectiva das terras de Sancta Cruz antes de reparti-las por donatarios que,

¹ Ternaux-Compans, *Notice historique sur la Guyane Française*, 1843, pag. 10.

² Gaffarel, *Le Brésil Français*, pag. 98.

mediante seu esforço individual, fundassem ao longo da costa nucleos de colonização, cuja resistencia decuplicaria a offerecida aos Francezes pelas naus d'el-rei. No desempenho de tal commissão partiu a expedição de Martim Affonso de Sousa (1530-32), que nos dois annos em que navegou pelo littoral tomou varios navios de corsarios. Tambem o navio *La Pélérine*, de Marselha, armado pelo barão de Saint Blancard, quando regressava ricamente carregado de Pernambuco, onde estabelecera uma feitoria franceza, foi apresado no Mediterraneo por uma esquadriha portugueza e transportado para o porto de Lisboa, sendo encarcerada a tripolação e confiscadas as mercadorias. A feitoria de Pernambuco via-se entretanto arrazada por Pero Lopes, ermão de Martim Affonso de Sousa, e levados para Portugal os prisioneiros de guerra que não foram justicados no local da lucta.

Os protestos de Saint Blancard e as circumstancias notaveis dos dois casos conduziram á creação da commissão franco-portugueza para regular a questão das prezas maritimas, sendo a França representada por João de Calvimont, presidente, e Bertrand de Moncamp, conselheiro do parlamento de Bordéus, e Portugal por Gonçalo Pinheiro, bispo de Sanctiago (Cabo Verde) e licenciado Affonso Fernandes. O resultado das suas deliberações não está averiguado. Parece que os prisioneiros francezes foram finalmente postos em liberdade, dizem os da sua nacionalidade que depois de muitas crueldades e sem se lhes restituirem as mercadorias confiscadas, cujo valor total subia a mais de 1,700,000 ducados.

Comtudo em 1537 e de novo em 1538 o rei de França prohibia de novo sob penas severas todo commercio ultramarino¹. A posição do Valois era cada vez mais precaria nas guerras tradicionaes com o Imperador e sua principal politica, á qual ficavam subordinadas as considerações commerciaes, consistia em não suscitar outros inimigos e sobretudo em não fomentar uma alliança das duas corôas ibericas, que poderia vir a ser-lhe ruinosa. As solicitações de João Anjo (visconde de Dieppe) e de outros armadores e mercadores alcançaram porém a revogação da ordenança, e seus auctores defenderam mesmo a liberdade dos mares por occasião da nova embaixada portugueza, mandada em 1541 a renovar as queixas do reino. De facto a ordenança franceza de Fevereiro de 1543 confirma esta liberdade, e mercê d'ella, applicada mesmo quando não definida theoreticamente, proseguiram com frequencia e até com regularidade as viagens francezas ao Brasil e os escambos com as tribus selvagens em certos portos

Variações da politica ultramarina da França.

¹ Gaffarel, *Le Brésil Français*, pags. 102 e 103.

do seu littoral: a semelhantes factos referem-se como coisa corrente e costumeira os escriptores do tempo. Portugal não cessou todavia de reclamar. Segundo a informação do *Quadro Elementar* do visconde de Santarem, sendo em 1544 embaixador em França o bispo de Tanger, foi a 2 de Agosto do mesmo anno Pedro Alvares Cabral mandado a Pariz afim de declarar ao rei de França que, caso não fossem revogadas as cartas de marca novamente dadas a João Anjo, teria de retirar-se da côrte e aguardar ordens d'el-rei de Portugal, por outras palavras, de chegar a um rompimento diplomatico ¹. Mui proximo estava o dia em que se tentaria um esforço mais directo e mais poderoso para fundar a França Antartica, como ao Brasil chrisinou o carmelita André Thevet. Era quasi impossivel então prever que os Francezes desistiriam afinal do seu intento, desertando por completo nossas costas nos começos do seculo XVII, convergindo sua actividade colonizadora para o Canadá e a Luisiana, synthetizando em La Salle o seu genio temerario, emquanto permanecia portuguez o Brasil descoberto por Pedro Alvares Cabral e subtrahido ao imperialismo castelhano, na menor parte pela dadiua cega de uma linha ideal de demarcação e na maior pelas argucias que de todo tempo foram o cabedal da diplomacia.

* * *

Character das relações diplomaticas franco-portuguezas.

O mais interessante dessa prolongada serie de episodios diplomaticos em que foram actores Portugal e a França, resalta do facto de terem-se as duas nações conservado em paz apezar de tudo, sendo não só ininterruptas como até por vezes affectuosas as relações entre Francisco I e D. João III. Escreve o visconde de Santarem ², que ao seu profundo conhecimento da historia diplomatica portugueza junctava o mais intransigente amor patrio, que a politica de neutralidade observada por D. Manoel e pelo successor nas continuadas guerras entre o rei de França e o Imperador foi uma obra prima de habilidade. Não obstante acharem-se ligados a Carlos V pelos mais estreitos laços de amizade e de parentesco, os dois monarchas portuguezes, uma vez passada a phase da fusão iberica em que era favorecido o sceptro

¹ Sanctos Firmo, *Noticia sobre a vida de Pedro Alvares Cabral*, Lisboa, 1875, pag. 24 e 25. Apezar da egualdade do nome, duvido que diplomata e navegador fossem uma só pessoa, porque mesmo vivo ainda em 1544, Pedro Alvares Cabral deveria estar numa idade avançada para emprender uma viagem e sobretudo uma missão tão penosa. Essa duvida converte-se numa quasi certeza contraria á idea do sr. Sanctos Firmo deante do facto de encontrar-se o nome do embaixador indifferentemente escripto — Pedro Alvares Cabral ou Fernando Alvares Cabral — na collecção diplomatica do visconde de Santarem.

² *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, tomo III.

lusitano, do que mais tinham a arreçar-se era da extensão cada dia maior do poderio da Casa d'Austria, e nada com effeito mais ardentemente desejavam no intimo do que o engrandecimento europeu da monarchia dos Valois. Por seu lado via com razão Francisco I no fortalecimento de Portugal uma barreira ou contra-pezo á expansão hespanhola.

Não impedia por certo este reciproco estado da alma que, como sabemos acontecia, se hostilisassem sobre as aguas do oceano os navegadores e corsarios dos dois paizes. A lucta pela vida tem exigencias indeclinaveis; e si era perfeitamente natural que Portugal procurasse defender o que alcançara pelo proprio heroico esforço, por virtude da suprema auctoridade pontificia e pela boa ou má fé das convenções, era egualmente explicavel que os proveitos das presas sorrissem a quem, como Francisco I, andava sempre necessitado de dinheiro, empenhado em longas e ruinosas guerras. De prompto e talvez em consciencia, reconhecia elle a validade das reclamações portuguezas, e, impellindo-o demais o maior interesse, podia expedir ordens para que cessassem as expedições clandestinamente e mesmo abertamente armadas; mas depois das presas distribuidas e vendidas, tornava-se extremamente difficil provocar a restituição d'ellas, tanto mais quanto os Francezes allegavam com impudencia serem as fazendas capturadas de Hespanhoes e Flamengos¹. Possuindo então Portugal uma importantissima feitoria em Antuerpia, para onde iam todas as cargas trazidas das conquistas e cujo movimento mercantil pretendiam os Francezes cercar mediante o estabelecimento de outra feitoria portugueza no seu paiz, fazia-se difficil destruir com provas semelhantes capciosas allegações. As capturas de navios portuguezes pelos corsarios francezes não occorriam só nos mares americanos e africanos: tambem davam-se em grande escala nos europeus, o que explica aquelle elevado numero de presas — 300 — lembrado por Ternaux-Compans. Vimos que no que mais se occupava a diplomacia portugueza de então era em obter restituições e indemnisações dos armadores francezes, e a apontada successão de agentes do governo de Lisboa na côrte dos Valois prova de sobejo a constante actividade a que os compellia a petulancia maritima dos Francezes.

Carecemos tambem não perder de vista, afóra a evidente má fé com que em muitos casos eram tractados semelhantes incidentes diplomaticos, que a França estava então muito longe de ser uma nação politicamente compacta: nella imperando pelo contrario a

¹ Veja-se o sensato parecer dado a el-rei D. João III por Jacome Monteiro a 10 de Março de 1527 (*Quadro elementar*, tomo III.)

maior desunião, e fomentando a questão religiosa a desagregação da argamassa moral que Luiz XI já preparára, mas que Richelieu ainda teria de solidificar. A falta de recursos do governo era enorme, mas não lhe era inferior a falta de auctoridade, possuindo o rei fracos meios de fazer prevalecer suas ordens em provincias cuja população andava pelejando entre si numa guerra de exterminio, predominando os lutheranos ou reformistas nos portos do Canal, entre outros pontos do territorio francez. A Rochella, porto do Atlantico, foi uma das praças fortes do calvinismo e só em 1627 abateria sua resistencia. E' sufficiente possuir uma noção, mesmo tirada dos romances de Dumas pai, das tremendas guerras religiosas da França no seculo XVI, para fazer-se uma idéa do desprestigio em que caíra a realza dos Valois, mau grado a successão de crimes que assignalou o predominio de Catharina de Medicis.

O Brasil possessão
não contestada de
Portugal.

Os actos de corso e pirataria precisavam aliás esconder-se de baixo dos protestos de cordialidade, porque em principio ninguem podia contestar seriamente a legitimidade da posse das colonias portuguezas, sinão por effeito da decisão papal e do tractado com a Hespanha, pelo menos em face dos factos consummados. Nas instrucções dadas a 6 de Dezembro de 1544 por D. João III a D. Francisco de Lima, quando de viagem para Castella, dizia-se que « a repartição dos mares e terras descobertas pelos Portuguezes e Hespanhoes não fora impugnada pelas demais nações da Europa, as quaes pelo contrario se haviam constantemente abtido desde o tempo do descobrimento de navegar e frequentar os mares, e terras dos dominios de Portugal e da Hespanha¹ . . . ». Não era tanto a base como os eventos que as demais nações acatavam até então; mas si se respeitavam os direitos portuguezes sobre a India, procurando-se apenas desfructar algumas das vantagens do seu commercio — e para Portugal como para toda a concepção exclusivista da epocha posse e commercio significavam a mesma idéa — mais facilmente deviam ser respeitados os direitos sobre o Brasil, terra que D. Manoel considerava apenas conveniente para n'ella refrescarem as armadas que iam para o Oriente.

Si a legitimidade da posse fosse discutivel, como teriam chegado a accôrdo em 1531 os commissarios de França e Portugal reunidos em Bayona e Fuentarrabia para decidirem da justiça das tomadias e restituções, e que junctos redigiram « um tractado de paz e alliança, cujo principal objecto era acabar de todo com as cartas de marca de uma e outra parte e cujos preliminares foram

¹ *Quadro elementar*, tomo III.

assignados em Fontainebleau a 4 de Agosto ¹ »? Este tractado ficaria letra morta, como ficaram negociações anteriores e posteriores, perante a grande tentação das presas, só efficazmente reprimida pela exhibição de força maritima como a que assignalou as citadas expedições de Christovam Jaques em 1526 e de Martim Affonso em 1530, determinando porém pelas suas consequencias novas represalias francezas. Assumiam estas a feição indicada das cartas de marca doadas pelo soberano, especie de guerra privada revestindo character não só maritimo como terrestre, á qual se tinha recurso sempre que os agravos d'um Estado contra o outro não eram de natureza a fazer estalar a guerra publica ².

1530, o anno da expedição de Martim Affonso, foi tambem a data da concessão da carta de marca do grande armador João Anjo, e o anno immediato o da missão a França de D. Antonio de Athayde (conde da Castanheira) com o fim de obter a revogação ou compra d'aquella carta, que apparecêra como um reconhecimento — o primeiro — pelo rei de França dos actos de pirataria dos seus subditos, a que se dava assim cunho official. O fallecido bibliophilo portuguez, Sñr. Fernando Palha, em um curioso opusculo tratou em particular d'essa missão diplomatica que, na sua estudada contemporização, revela-nos o grão de fraqueza militar a que tinha conscientemente descido o governo portuguez no tempo de D. João III. Nas instrucções levadas pelo vedor da fazenda eram cautelosamente previstas varias hypotheses para a solução das negociações, porém puzêra-se evidentemente o maior cuidado em evitar referencias á solução extrema da guerra, cuja declaração poderia acarretar prejuizos ainda mais serios para o commercio maritimo do reino, expondo as colonias a insultos mais directos e fechando por completo o mercado de Flandres ³.

Feição das cartas
de corso.

Já bastava o que até então caíra em poder dos atrevidos corsarios, pois temos verificado que a concepção do direito das gentes não estava n'aquella epocha tão adiantada que a natureza das relações officiaes prescrevesse politicamente a das relações privadas, ou por outras palavras, era commum a particulares moverem-se guerra quando entre seus respectivos paizes reinava harmonia ou pelo menos paz. As nações já representavam por certo

Francozes e Hes-
panhoes.

¹ Varnhagen, *As primeiras negociações*, etc.

² Henry Wheaton, *Histoire du progrès du Droit des Gens en Europe et en Amérique*.

³ As cartas do monarcha para o seu embaixador acham-se reproduzidas na integra no alludido opusculo — *A carta de marca de João Anjo*, Lisboa, 1882. As negociações levadas a cabo por D. Antonio de Athayde envolveram, como se sabe, o suborno do almirante de França Felipe de Chabot, e a compra por seu intermedio e custo de dez mil cruzados da carta de marca de João Anjo, em vista da impossibilidade de obter-se por uma determinação do conselho real a revogação d'essa celebre carta de corso.

agglomerações de individuos com origem ou tradições e destinos identicos, mas dando ainda largas ás suas paixões pessoaes, com uma liberdade que tem constituido a honra da civilização moderna o refrear e orientar. No caso da França porém o verdadeiro estado era mais de guerra que de paz, e o governo portuguez estava de espirito e até de facto com aquelles dos seus subditos que rebatiam violentamente as usurpações francezas. Quando D. Antonio de Athayde, uma vez concluida sua missão especial, retirou-se para Lisboa, ficou na côrte de França o Dr. Gaspar Vaz para vigiar a partida dos corsarios e dar rebate nas duas côrtes. Tão fraca era todavia a confiança nos documentos diplomaticos que o Dr. Vaz, ao ter de dar logo noticia da partida de septe navios francezes para a Guiné, apontava como unico remedio effectivo á hypocrisia official metter no fundo esses e os que de futuro se guissem a mesma derrota.

As cousas corriam diversamente com os Hespanhoes, porque mais ou menos mantinham-se dentro da sua esphera de acção, não carecendo de exercer o officio de ladrões do mar, visto como nas suas proprias possessões encontravam as cargas que os outros tinham de cobiçar. Varnhagen aponta judiciosamente que no regimento de Martim Affonso de Sousa se recommendava toda a amizade com os Castelhanos, e isso apezar de ser «um dos intuitos ostensivos da armada a occupação, e porventura a colonização de algum poncto mais conveniente no Rio da Prata», contra o energico protesto, contudo, da corôa hespanhola. A contenda que teria de dar motivo a tantas passagens dramaticas e que se tornaria a mais persistente da historia brasileira, teve assim o seu inicio no proprio facto do descobrimento que Portugal invocava como firmando o seu direito á posse, que aliás não pretendia privativa d'elle, sendo, na phrase do enviado portuguez Mendes de Vasconcellos, o Rio da Prata muito grande para poder Martim Affonso estabelecer-se n'elle em quaesquer outros ponctos, diversos dos occupados pelos Castelhanos¹.

Com Francezes ou com Hespanhoes — e esta observação é a consequencia d'este estudo — as negociações diplomaticas já coincidiam porém, e mesmo alternavam, com as disputas armadas, e tal substituição parcial da força bruta pela discussão intelligente dos titulos e direitos mostra bastante o advento de uma nova epocha de cultura, uma era em que Grotius poderia não só defender a sua theoria do *mare liberum* contra as pretenções exaggeradas que ambicionavam fechar os oceanos ao genio maritimo

¹ Varnhagen, *As primeiras negociações*, etc.

de outras raças, como proclamar as leis da justiça internacional que mesmo em tempo de guerra devem predominar, leis no seu dizer naturaes e eternas, ás quaes as nações civilizadas entraram voluntariamente a adherir, reconhecendo-as e acatando-as, mas que ainda estão por prevalecer na sua plenitude. Os descobrimentos, logicamente ampliando taes questões e dotando-as com elementos novos, obrigando portanto a sua solução a activar-se pela urgencia na proposição, tornaram-se em boa parte merecedores por tão levantados resultados moraes, e é tão somente justo que, rememorando o seu, emprehendesse o nosso paiz festeja-lo com todo o entusiasmo de que é susceptivel a alma nacional.

II

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL
INTUITOS DA VIAGEM DE PEDRO ALVARES CABRAL

MEMORIA

PELO

DR. MOREIRA D'AZEVEDO

(PREMIADA)

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

INTUITOS DA VIAGEM DE PEDRO ALVARES CABRAL

O centenario do descobrimento do Brasil é a commemoração de um centenario nacional. Festejando este grande acontecimento, prestamos consagração historica á vida da patria durante quatrocentos annos. É uma festa patriotica, um culto ao sentimento civico da nação e ás tradições nacionaes. Mostra ter perdido a consciencia de sua nacionalidade o povo que não lembra as suas datas historicas, não preza o seu passado e não rende homenagem a seus feitos e a seus heróes. A nação que olvida os acontecimentos celebres de sua existencia perdeu o sentimento da dignidade historica.

Relatando a viagem de Pedro Alvares Cabral, que em 1500 deu a Portugal uma nova terra, e aos Brasileiros uma patria, commemoramos a vida do Brasil durante quatro seculos.

Para affirmar a sua existencia neste largo periodo não tem o Brasil de exhibir sómente o algarismo de seus annos, mas o seu progresso no commercio, na industria, na agricultura, nas artes, nas lettras e nas sciencias.

Sepultar no esquecimento e no silencio esta data celebre, seria esquecer tambem a vida intellectual e moral da nação.

Não basta um povo viver e engrandecer-se, manifestar coragem, ostentar riqueza, alimentar crenças, cultivar sciencias: deve possuir tambem a religião do patriotismo.

Não é apenas uma cerimonia commemorativa a éra que a patria hoje rememora; é a consagração do seu nascimento e de sua vida.

Festejando este facto historico, prova o Brasil o seu progresso, cultura e civilização no periodo de quatrocentos annos.

E é a primeira vez que vem encontrar os Brasileiros como povo livre e independente, o anniversario da primeira data da sua historia, a éra de 1500, a sacrosancta legenda de sua existencia.

Incorporou-se o Brasil nessa data ao mappa das nações, á historia da civilização geral.

Assignala este anniversario a aurora da existencia do nosso paiz, os primeiros hymnos das nossas crenças e o nosso adeantamento civico. E' um jubileo nacional, é o marco que lançamos no mappa, onde vivem os povos civilizados.

Gravando nestas paginas a noticia do descobrimento do Brasil ligámos a este facto os traços da vida de Pedro Alvares Cabral, prestando homenagem ao destemido navegador, que com energia nunca desmentida, afrontou os mysterios do oceano desconhecido e conseguiu immortalizar a sua expedição, realizando um descobrimento grandioso. Com valor e denodo sulcou os mares em longinquas paragens, trazendo ao universo uma região nova.

Repetindo o nome do nauta, portuguez, que personifica o primeiro facto da historia patria, escrevendo a data de 1500, porta da nossa historia, desejamos despertar o patriotismo popular, avivando-lhe o seu passado, que se prende ao seu presente e ao seu futuro.

Pedro Alvares Cabral, que pode ser indicado como o primeiro homem da nossa raça, que pisou terras do Brasil, o primeiro que aqui ergueu o labaro do christianismo, e mandou celebrar a primeira missa, ou o primeiro hymno de paz e amor, que ouviu a terra de Sancta Cruz, era filho de Fernão Cabral e de D. Isabel de Gouvêa.

Era seu pai senhor de Azurara, alcaide-mór de Belmonte, e nobre da provincia da Beira. Era sua mãe filha de João de Gouvea, senhor de Almendra.

Seu avô Fernão Alvares Cabral exercêra o cargo de guarda-mór do infante D. Henrique, filho de D. João I.

Aponta um historiador a cidade de Santarem como o logar do nascimento de Pedro Alvares Cabral.

Casado com D. Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Noronha, ermão do mordomo-mór D. Pedro de Noronha, houve della os seguintes filhos: Fernão Alvares Cabral e Antonio Cabral, que não deixaram descendentes, D. Constança de Noronha, que esposou Nuno Furtado, commendador de Cardija, e D. Guiomar de Castro, freira dominicana no convento da Rosa em Lisboa.

Ignora-se o dia e anno do nascimento de Pedro Alvares Cabral; mas tendo sido designado para a expedição á India por D. João 2º, e havendo fallecido este rei em 1495, é de crer que contasse então mais de 25 annos; assim parece que se pode collocar o anno do seu nascimento entre as epochas de 1467 a 1470 no reinado de Affonso 5º.

Intensa alegria causára em Portugal a volta de Vasco da Gama, pelo fornecimento das mercadorias da India, vendo-se aberto o caminho maritimo para esse paiz de maravilhas.

Desejando firmar o predominio portuguez na India, celebrar tractados, conseguir allianças e transportar riquezas, incumbio o rei de Portugal D. Manoel essa honrosa tarefa a Pedro Alvares Cabral, homem de familia illustre, mas não celebrizado por feitos alguns anteriores.

Dizem os chronistas que, possuindo elle o cunho que caracteriza os homens emprehendedores, coube-lhe o commando dessa armada, uma das mais importantes partidas do Tejo.

Para amedrontar os regulos do Oriente, reprimir a ousadia daquelles que quizessem trilhar o caminho que as naves portuguezas haviam ensinado ao mundo, resolveu o rei de Portugal ostentar a sua força, esquipando uma poderosa armada.

Cercou de todo o esplendor e pomposas ceremonias a partida dessa expedição composta de treze naus entre caravellas e navios redondos ou pequenos. Iam 1.200 homens entre marinheiros e soldados.

Destes navios sabem-se de modo certo apenas os nomes de trez: *Annunciada*, *S. Pedro* e *El-Rei*.

No governo de cada um dos navios ia um marinheiro practico em viagens de longo curso; entre elles, distinguia-se Bartholomeu Dias, famoso descobridor do cabo da Boa Esperança.

Além dos capellães, sanctificavam a expedição oito frades franciscanos. Eram os seguintes: frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão de Guimarães e frei Luiz do Salvador, prégadores e excellentes lettrados, frei Maffeo, sacerdote organista e musico, frei Pedro Neto, chorista de ordem sacra, e frei João da Victoria, frade leigo. O superior a todos, quer no merecimento, quer na auctoridade, era frei Henrique de Coimbra, homem notavel pelo seu talento e conducta.

Iam estes frades para a primeira missão na India.

No domingo, 8 de Março de 1500, reunindo em Restello, na ermida de Belem, onde mais tarde se ergueu o mosteiro dos Jeronymos, os nobres, os fidalgos e tudo que tornava a sua côrte esplendida e pomposa, mandou D. Manoel celebrar missa em

favor dos que iam abrir as velas dos navios para percorrer mares tormentosos.

Para a sua tribuna chamou o rei a Pedro Alvares Cabral, desejando prestar esta distincção ao nauta insigne que ia completar a obra de Vasco da Gama.

Acabada a missa, subiu ao pulpito D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, castelhano de nascimento, e dissertou sobre os serviços que a Deus e ao rei iam prestar os capitães dessa expedição. Exaltou os feitos dos seus antepassados e teceu encomios a Cabral por ter lançado sobre os hombros tão pezado encargo. Despertou a sua eloquencia o patriotismo nos animos dos representantes da alta nobreza, que atopetava a ermida levantada pelo infante D. Henrique.

Descendo do pulpito o prelado, e lançada a benção no chapéo que o papa enviara a Cabral, collocou-o o rei na cabeça deste, e entregou-lhe o estandarte real da ordem de Christo, que, desfraldado estivera pendente do altar.

Entrou o prestito em marcha. As cruces alçadas, as reliquias e as bandeiras davam á cerimonia um character religioso e popular. Ouviam-se acclamações, lamentos e benções que o povo lançava sobre os capitães e á maruja que iam afrontar os tenebrosos mares.

De povo regurgitava a cidade, e mostrava-se o Tejo alastrado de pequenas embarcações, que conduziam uns para as naus, e traziam outros, dando vida a esta scena, que satisfazia o espirito aventureiro dos Lusitanos dessa epocha.

Chegados ás margens do Tejo, despedio-se o rei, pedindo a benção de Deus sobre as nautas, que ao som de uma salva real se dirigiram para as naves.

Soprando no dia seguinte, 9 de Março, ventos favoraveis, zarpou do porto a expedição.

Em 8 de Julho de 1497 presenciara o povo de Lisboa igual cerimonia, assistindo ao desfillar do prestito de Vasco da Gama e seus companheiros, que depois de implorar a protecção divina, na ermida de Belem, tomaram os navios que haviam de indicar aos vindouros o caminho maritimo das Indias.

E se nessa epocha sentia-se o Tejo garboso e suberbo sustentando as naus que em suas velas ostentariam a gloria de haver aberto no mar o caminho para a India, tambem em Março de 1500 refulgiam ufanas as aguas desse rio, vendo partir os madeiros guiados por Cabral. Talvez as praias lusitanas presagiassem a gloria, que teria a patria de colher dessa jornada!

Navegavam no dia 14 na altura das Canarias e distante della trez a quatro legoas.

Avistavam no dia 22 as ilhas de Cabo Verde passando pela ilha de S. Nicolau.

Notou o capitão da armada no dia seguinte a falta do navio de Vasco Athayde. Empregou diligencias, mas sem resultado para descobri-lo, e assim só doze navios chegaram ao Brasil.

Continuava a derrota, quando na terça-feira 21 de Abril appareceram signaes de terra proxima, comoervas marinhas.

No dia seguinte, oitavario da Paschoa, avistaram-se algumas gaivotas, e á tarde um monte alto, redondo, e outras serras mais baixas, e ao sul a terra chã com denso arvoredos.

Ao monte deu Cabral o nome de monte Paschoal. Era o marco erguido pelas mãos de Deus para indicar a nova terra aos Lusitanos. Estava descoberto o Brasil em 22 de Abril de 1500.

Proseguiram os navios e foram fundear, aproximando-se da costa na distancia de seis legoas.

Navegaram no dia 23 em direcção á terra, zarpando na frente as naves menores, e nas aguas destas as maiores. Lançaram ancoras afastadas meia legoa da costa.

Batidas pelos ventos foram as naus singrando para o norte, em busca de um porto de abrigo e onde pudessem prover-se de lenha e agua. Navegando dez legoas encontraram uma enseada que, pela protecção que offereceu, foi chamada Porto Seguro.

Accompanhando os escriptores do seculo XVI acreditamos ser o Porto Seguro de Cabral a actual bahia de Sancta Cruz.

Ancorados os navios foram os Portuguezes no dia 25 á terra fazer aguada. Ajudaram-lhes os indios selvagens, habitantes do paiz descoberto, pedindo em paga alguma cousa. Trocavam as suas flechas e arcos por carapuças, rosarios ou outra qualquer cousa, que lhes offereciam os europeus.

No domingo da Paschoela, 26 de Abril, desembarcaram Cabral e seus capitães. Mandando levantar em um ilheo, que havia no ancoradouro, uma barraca ou esperavel, como se expressa Caminha, escrivão da armada, e armado dentro della um altar bem corrigido, como escreve o mesmo Caminha, ordenou Cabral que se celebrasse uma missa.

Seguido dos sacerdotes, que vinham na armada, disse frei Henrique a missa, a primeira que ouviram as terras do Brasil. Assistiram o almirante e os capitães da expedição, empunhando o chefe a bandeira real da ordem de Christo, que recebera em Belem. Era de seda branca tendo no centro uma grande cruz escarlata.

E foi este o glorioso pavilhão das grandes navegações e conquistas dos Portuguezes do seculo de Camões e Vasco da Gama.

Terminada a missa, deixou frei Henrique os paramentos, e coberto apenas com a alva, subio a uma cadeira, e fallou sobre o descobrimento da nova terra e deveres que para com ella haviam contrahido os Portuguezes como christãos.

Abençoando o paiz descoberto a religião de Christo, sanctificava tambem a posse do rei de Portugal sobre esse territorio.

No dia 27 cortou-se a arvore, cujo madeiro devia ser transformado em cruz. No dia seguinte saltaram os maritimos em terra para refazer-se de lenha, entrando em contacto com os indigenas como haviam feito em dias anteriores.

Descarregaram no dia 29 a nau de mantimentos para ser enviada a Portugal levando a noticia do descobrimento.

Lavrada a cruz, dirigiu-se o capitão da armada no dia 30 ao lugar, onde ella se achava encostada a uma arvore, ajoelhou-se, e beijou o symbolo da fé do velho mundo, que começou a se-lo tambem do novo, como diz José de Vasconcellos.

Desembarcaram Cabral e seus immediatos na sexta-feira 1 de Maio para assistir á celebração da segunda missa.

Constituido o prestito com os sacerdotes e pessoas da sua comitiva foi o almirante buscar a cruz, que conduzida processionalmente foi chantada, isto é, firmada no solo, em lugar alto, a certa distancia da praia.

Este marco sagrado, emblema da religião e do estandarte portuguez, assignalou o descobrimento do nauta feliz, e foi o primeiro monumento religioso que abençoou as regiões desertas do Brasil.

Memorando este acontecimento diz o auctor do Caramurú:

Da incognita nação que com o aceno,
Porque a lingua ignorava, á paz convida
Erguendo-lhe o troféo do auctor da vida.

Plantado o labaro sagrado com as armas de Portugal e juncto delle um altar, disse a missa frei Henrique acolytado por outros sacerdotes.

Findo este acto, despiu o celebrante os paramentos, conservando a alva, e subiu a uma cadeira para prégar o evangelho do dia, isto é, sobre as vidas de S. Philippe e S. Thiago.

Assistiram a estas ceremonias cincoenta ou sessenta indios, imitando os actos e preceitos dos Portuguezes.

Recebeu a terra descoberta o nome de Vera Cruz, mudado depois para Sancta Cruz, como se vê na carta dirigida por D. Manoel aos reis catholicos, datada de Cintra (Symtra) em 9 de Julho de 1501.

Todavia não tardou o paiz a ser conhecido com o nome de Brasil, que conserva, em consequencia da rica madeira desse nome empregada desde logo no commercio.

Em 1 de Maio de 1500 escreveu Pero Vaz de Caminha uma longa carta a seu rei narrando o descobrimento da terra de Vera Cruz, e todos os acontecimentos, que presenciara.

Dessa carta, guardada na real Torre do Tombo de Lisboa, extrahiu copia authentica o official maior dessa repartição João Pedro da Costa Basto em fins de 1876. Esta copia tirada do original authographo existe na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse documento, o primeiro da nossa historia, relata Caminha dia por dia o descobrimento do Brasil.

Mais de trez seculos dormiu no archivo portuguez essa carta, auto do nosso nascimento.

Veio á luz pela primeira vez em 1817 na Corographia Brasilica do padre Ayres Casal, ainda que truncada.

Em 1826 a Academia Real das Sciencias de Lisboa incluiu-a no tomo IV de sua collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas.

Veio impressa em 1830 no Patriota Brasileiro periodico mensal publicado em Paris.

Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva transcreveu-a em 1835 em suas Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia.

Inseriu-a o dr. Mello Moraes no tomo I de sua Corographia Historica do Imperio do Brasil em 1858, e no seu periodico Brasil Historico em 1866.

Publicou-a em linguagem correcta e amena, a que chamou traducção, João Francisco Lisboa no Jornal do Timon.

Veio ainda á luz na Bibliotheca Historica do Brasil impressa no Rio de Janeiro em 1876.

Trasladou della varios topicos curiosos para a sua Historia Geral o visconde de Porto Seguro, que conseguiu fosse impressa integralmente no tomo XL da Revista do Instituto Historico Brasileiro.

Referindo-se a este documento escreve o douto historiador:

« Esta carta constitue por si só a chronica mais minuciosa e authentica, que possuimos deste descobrimento, ao passo que é ao mesmo tempo o documento mais venerando da historia colonial.»

Em 1821 Ferdinand Denis traduziu-a para a lingua franceza, e foi publicada no *Journal des Voyages* de Paris.

Transcreveu-a o mesmo escriptor em sua obra — *Le Brésil ou histoire, mœurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume.*

Em 1828 traduziu-a Olfers para a lingua allemã e publicou-a.

Occupou-se della Humboldt no seu Exame critico de historia da geographia do Novo Continente, dissertando sobre o subido valor deste precioso escripto.

Eis o que diz Ferdinand Denis sobre a carta de Caminha:

« Graças ao raro talento de observação, de que era dotado, graças sobretudo á facil ingenuidade do seu estylo, o Brasil teve um historiador no primeiro dia do seu descobrimento.»

Pero Vaz de Caminha, que podemos considerar como o primeiro chronista do Brasil, embarcara na expedição de Cabral na qualidade de escrivão do almoxarife, ou recebedor do imposto real, que tinha de administrar a feitoria de Calicut. Já entrado em annos, acredita-se ter fallecido no naufragio, que surprehendeu a armada de Cabral na altura do archipelago de Tristão da Cunha ou na carnificina realizada em Calicut pelos commerciantes mahometanos alli estabelecidos, e da qual foi tambem victima o almoxarife Ayres da Cunha. A historia porém nada pôde affirmar sobre o destino daquelle notavel portuguez, pois nenhum documento faz menção delle depois da viagem de Cabral.

Entre os poucos, que sobreviveram dessa matança, mencionam-se frei Henrique, que rezou a primeira missa no Brasil, e Antonio Corrêa, filho de Ayres Corrêa.

Regressando á patria na armada de Cabral, em Julho de 1501, foi frei Henrique nomeado confessor d'el-rei. Foi em 1505 sagrado bispo de Ceuta, mas antes de tomar posse do bispado enviou-o D. Manoel a Hespanha para dar os pezames a D. Fernando pela morte de sua esposa Isabel a Catholica.

Esteve em Roma em 1517 a chamado do papa Leão X.

Em 1528 governava o arcebispado de Lisboa.

Falleceu em Olivença em 4 de Dezembro de 1532, sendo sepultado na egreja da Magdalena.

Referindo-se a este sacerdote escreve frei Vicente do Salvador:

« Era o V. P. frei Henrique homem de não vulgar talento e semelhante espirito.»

Si conseguiu frei Henrique tornar-se um dos vultos mais salientes da expedição de Pedro Alvares Cabral, collocou-se no mesmo plano Pero Vaz de Caminha escrevendo ao rei a memoravel carta de 1 de Maio de 1500, pergaminho immortal, que gravou seu nome entre os primeiros da historia do Brasil.

Havia sido encarregado de levar a Lisboa a noticia do descobrimento da terra de Vera Cruz André Gonçalves, commandante de um dos navios pequenos, de mantimentos, homem de provada confiança, e maritimo destemido, que accompanhára Vasco da Gama á India.

Si causou alegria o feliz acontecimento, rapida foi a sensação, pois havendo já novas terras e novos dominios, pezado era ao governo o encargo de manter o seu poder dentro de tão vastas possessões.

Escreve Oliveira Martins :

« Os nomes do repertorio escasseavam já para denominar ilhas e cabos, portos e bahias, costas e continentes. »

Attesta a carta de Caminha que o Brasil foi descoberto em 22 de Abril de 1500 segundo o calendario Juliano, então admittido. Este testemunho é irrefragavel, merecedor de toda fé.

O chronista Vieira Ravasco diz que o Brasil foi descoberto em 3 de Maio de 1500. Assevera Bento Teixeira Pinto ter sido descoberto no dia de Sancta Cruz, isto é, a 3 de Maio. Diz frei Vicente do Salvador :

« O dia em que o capitão-mór Pedro Alvares Cabral levantou a cruz era a 3 de Maio, quando se celebra a invenção de Sancta Cruz, em que Christo Nosso Redemptor morreu por nós, e por esta causa poz nome á terra, que havia descoberto, de Sancta Cruz e por este nome foi conhecida por muitos annos. »

Escriptores modernos como Constancio, Armitage e outros assignalam o mesmo dia 3 como o do descobrimento do Brasil.

Generalizou-se esta crença, e antes da independencia era corrente a opinião de que o descobrimento se déra no dia 3 de Maio, considerando-se que a primeira denominação do paiz proveio da festividade da Sancta Cruz.

Firmado nessa crença o dr. Antonio Gonçalves Gomide, em carta escripta em 12 de Abril de 1823 a José Bonifacio de Andrada e Silva, então ministro de Pedro I, propoz por insinuação do conselheiro Diogo de Toledo, o dia 3 de Maio para a instalação da assembléa geral legislativa, por ser o dia anniversario do descobrimento.

A Constituição do Imperio no art. 18, e a da Republica no art. 17, consagraram esse dia para começo dos trabalhos do corpo legislativo. O governo provisorio da Republica, por decreto de 14 de Janeiro de 1890, incluiu esse dia entre os de festa nacional, por ser « consagrado á commemoração da descoberta do Brasil ».

Proseguindo a 2 de Maio na viagem da India, deixou Cabral na nova terra descoberta dous degredados. Ficaram tambem dous grumetes, que durante a noite haviam fugido de bordo.

Na travessia de Porto Seguro ao cabo da Boa Esperança, na altura do archipelago de Tristão da Cunha, levantou-se, em 24 de Maio, furiosa tempestade occasionando o naufragio de quatro navios da armada.

Dessas naus que sossobraram, commandadas por Bartholomeu Dias, Ayres Gomes, Simão de Pina e Gaspar de Lemos, não escapou um só homem da tripulação.

Não foi este o unico desastre, que pezou sobre a armada de Cabral. Perdeu-se perto de Mombaça o navio de Sancho de Toar, e desgarrou-se o de Diogo Dias, que o chefe da frota veio mais tarde a encontrar em difficil apuro.

Entrou Pedro Alvares Cabral no Tejo em 31 de Julho de 1501.

Das treze naves com que partira para a expedição da India, extraviára-se a de Vasco de Athayde na altura do Cabo Verde. A Portugal foi enviada a de André Gonçalves com a noticia do descobrimento. Afundaram-se quatro na viagem ao cabo da Boa Esperança, e submergiu-se uma perto de Mombaça. Assim da poderosa armada equipada por D. Manoel, restaram apenas seis navios denominados *Espirito Santo*, *Santa Cruz*, *Fror de la Mar*, *S. Pedro*, *Victoria* e *Espera*, e o galeão *Trindade*, como indica o visconde de Porto Seguro guiado por um documento da Torre do Tombo.

Gastou Vasco da Gama dous annos e dous mezes em sua excursão maritima á India, e executou Cabral a mesma derrota em pouco mais de dezeséis mezes.

Apezar de percorrer o mar tormentoso e serem seus navios açoutados durante quatro dias por medonho temporal, não perdeu Vasco da Gama nem uma de suas naus, porém dos 148 homens, que o seguiram, apenas 55 tiveram a alegria e a gloria de tornar a ver a patria. Entre aquelles, que a morte escondeu no tumulo, conta-se Paulo da Gama, ermão do immortal descobridor do caminho da India.

Em recompensa dos serviços prestados por Pedro Alvares Cabral concedeu-lhe D. Manoel por carta régia de 4 de Abril de 1502, a tença de 13\$000. Outra carta régia de egual data mandou dar ao mesmo descobridor a tença de 30\$000.

Causam reparo essas duas concessões da mesma data. Vêm transcriptas estas cartas em um livro de manuscriptos da Bibliotheca Nacional, havendo sido copiadas do original existente na Torre do Tombo de Lisboa.

Jubiloso pelos descobrimentos realizados no seu reinado accrescentara D. Manoel a seus titulos de soberano os de Senhor da Navegação, Conquista e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India.

Para firmar seu grande poderio em terras do Oriente resolveu o venturoso monarcha apparellhar poderosa armada.

Devia ser convidado para commanda-la Pedro Alvares Cabral, mas assim não aconteceu.

« Por alguns justos respeitos », escreve Castanheda, « não mereceu o descobridor do Brasil semelhante distincção. »

Barros faz crer que havia limitada confiança no destemido nauta, e accrescenta « De treze naus da armada de Pedr'alvares, rosnava-se, as quatro levaram carga de homens para mantimentos dos peixes daquelles mares incognitos, que navegaram, as quaes em um instante foram mettidas no profundo do mar. »

Escreve outro historiador, « mas como era Cabral homem de muitos primores em ponto de honra, e algumas cousas se não determinavam a seu geito no regimento dellas, se escusou, no que descontentou muito a el-rei, e em alguns requerimentos, que depois teve com elle, nunca lhe quiz satisfazer ».

O capitão-mor da nova expedição foi o famigerado nauta Vasco da Gama, que se fez de vela em Fevereiro de 1502.

A missão de Cabral á India fôra emprehendida para celebrar tractados, atar allianças, transportar riquezas, e implantar a auctoridade e o protectorado de Portugal naquellas regiões.

Accompanharam Cabral em sua excursão maritima distinctos homens do mar, como Bartholomeu Dias, Nicoláo Coelho e André Gonçalves. Ao deixar o Tejo recebera indicações circumstanciadas do roteiro, que seguira Vasco da Gama. Fôra-lhe recommendado que, passado o archipelago do cabo Verde, navegasse sempre para o sul, emquanto o vento soprasse em popa, e nas declinações do rumo seguissem os navios a linha do Sul sudoeste, correndo a bombordo para o largo, quando houvesse ventos contrarios até a latitude do cabo da Boa Esperança. Seria então necessario navegar direito para léste.

Dizem alguns escriptores que foram lembradas estas instrucções para afastar o almirante das calmarias da costa de Guiné, aproveitando-se dos ventos favoraveis e da corrente equatorial. Julgam outros que semelhantes conselhos foram ditados para abrir a Cabral e aos seus nautas a rota, onde podiam descobrir terras situadas a 17° ao sul do Equador.

Ainda mais. No seu roteiro de dous annos antes asseverara Vasco da Gama, que achando-se, em 22 de Agosto de 1497, muito perto do penedo de S. Pedro, avistara bandos de aves, que ao anoitecer abriam azas para o sul sudoeste, como em procura de alguma terra pouco distante.

Na historia da humanidade os factos ligam-se, não são isolados, concatenam-se, e estudando-se uns reflectem luz sobre os outros.

Antes da viagem de Cabral á India, saíra de Bristol, na Inglaterra, em 15 de Julho de 1480, uma nau de 80 toneladas, sob o mando do almirante Thylde, um dos maritimos mais instruidos

do seu tempo, afim de descobrir um paiz, situado ao oeste da Irlanda, chamado Brasylle. A braços com violentos temporaes, regressou, após dous mezes, ao porto de partida, em 18 de Setembro, sem haver encontrado terra alguma.

Vicente Ianez Pinzon, antigo companheiro de Colombo, descobriu, tres mezes antes de Cabral, em 26 de Janeiro de 1500, a costa septentrional do Brasil, desde o cabo de Sancto Agostinho, a que deu o nome de cabo de Santa Maria de Consolacion, até o cabo de Orange, então chamado de S. Vicente. Avistara tambem a foz do rio Amazonas o qual lhe produziu tanta impressão, que deu-lhe o nome de Mar Dolce.

No mesmo anno outro hespanhol, Diogo de Lepe, approximou-se do cabo de Sancto Agostinho, e percorrendo o littoral, seguira a trilha já percorrida por Vicente Pinzon.

Acreditava-se tanto na existencia de ilhas e terras na direcção seguida por Pedro Alvares Cabral, que dous mezes depois da partida deste illustre navegador, requeria e obtinha Gaspar Côrte Real a doação da terra firme ou ilhas, que encontrasse.

Na carta dos reis catholicos a Colombo, de 5 de Setembro de 1493, pediam elles que apressasse quanto antes a segunda viagem á America, afastando-se das costas de Portugal e de suas ilhas afim de não ser detido ou embaraçado em sua derrota, visto projectarem os Portuguezes intervir nos descobrimentos do Novo Mundo.

Accrescentavam que na practica, que com alguns delles se en-cetara, chegara-se ao conhecimento que era evidente pensarem na possibilidade de haver ilhas e ainda uma terra firme.

Querem alguns escriptores attribuir o descobrimento do Brasil a instrucções secretas do rei D. Manoel, em virtude das quaes devia o almirante portuguez, no seu trajecto para a India, explorar os mares occidentaes em procura de terras desconhecidas.

É de crer que sciente das idéas do seu tempo sobre a existencia de novas terras, desejava verificar si ao sul dos descobrimentos realizados por Colombo, não existiriam outras ilhas ou algum continente, tentasse Cabral fazer algum descobrimento, ao mesmo tempo que executasse as ordens do seu rei sobre a missão á India.

Afastou-se assim da sua derrota, deu às suas naves a direcção de oeste, e chegou desse modo a descobrir a terra, a que deu o nome de Vera Cruz, sendo depois chamada Sancta Cruz e por fim Brasil.

Descobrindo o Brasil acreditou o capitão portuguez ser uma ilha, como se depreheende da memoravel carta de Caminha, que datando-a diz « deste porto seguro da vosa ilha da vera cruz oje sexta feira primeiro dia de Mayo de 1500. »

Assim tambem considerou D. Manoel a terra novamente descoberta nas instrucções que deu a João da Nova, quando ia para a India, e na carta que de Cintra (Symtra) enviou aos reis catholicos em 9 de Julho de 1501.

A referida carta começa :

« Muy altos y muy excelentes y muy poderosos Principes senores padre y madre. »

Fallámos nos descobrimentos dos Hespanhoes nas costas do Brasil, mas estes factos não embaciam a gloria do nauta lusitano, pois foi elle quem annunciou ao rei de Portugal e ao mundo o descobrimento do Brasil.

E surgindo do oceano aos olhos dos navegadores, teve o Brasil a felicidade de encontrar um historiador, que o annunciou logo como um dos paizes do universo.

Pedro Alvares Cabral, o feliz descobridor do Brasil, e tambem notavel pela expedição á India, fôra escolhido para tão importante missão pelas qualidades de sua pessoa, como escreve João de Barros. Era homem e fidalgo de muito esforço e mui experimentado em guerras maritimas, diz Mariz. Rocha Pita o denomina de illustre e famoso capitão, e outro escriptor assevera que era dotado de vivissimo espirito e egual valor. E a patria, a que prestara tantos serviços, deixou-o esquecido ! Envolveu-o Portugal no manto da ingratição, até que a morte lhe indicou por habitação o tumulo. Finou-se em Santarem entre os annos de 1527 a 1545.

E foi um brasileiro, o erudito historiador visconde de Porto Seguro, quem encontrou na sacristia do convento da Graça, na capella do Senhor da Vida, em Santarem, a sepultura do descobridor do Brasil, de que não havia memoria escripta ou tradicional.

E' sepultura rasa com uma lousa simples de treze palmos de comprido, com meia largura, e a seguinte inscripção :

Aqui jaz Pedralvares
Cabral E Dona Izabel De
Castro Sua Molher, Cuja Hé
Esta Capella, He De Todos Seus
Herdeyros. Aquall Depois
Da Morte De Seu Marydo
Foy Camareyra Mor Da
Infanta Dona Marya Fylha
De El-Rey Dõ João Noso
Snõr Hu Terceyro Deste
Nome.

Assim repousam ha mais de trez seculos, no magnifico templo da Graça, em Santarem, os restos mortaes do ousado nauta que descobriu para Portugal um paiz tão grande como a Europa, e mais rico do que a India.

Si dando ao mappa das nações este novo estado não teve Cabral applausos do povo, gabos e recompensas do rei e dos seus ministros, que tinham as vistas voltadas só para os productos, riquezas e maravilhas da India, si não se viu festejado, e incluido o seu nome, como o de Vasco da Gama, na nobiliarchia dos titulares do reino, fechou com as suas naus a epocha maritima de esplendor e poderio de Portugal. E não se mergulhou seu nome no infinito do tempo ; os muitos annos que pezam sobre seu tumulo, indicam que alli descansa um heroe. Achando Pedro Alvares Cabral na vastidão dos mares o Brasil, deu um mundo ao universo, constituiu para Portugal uma epopea de gloria, e tambem para seu nome, que hoje duas nações engrandecem e celebram, porque si deu brilho e fama a uma, abriu a aurora da vida e da historia á outra.



